



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PERMANENTE DE
SEGURANÇA PÚBLICA**

PRESIDENTE: REIS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 16-08-18

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Reis - PT) – Declaro aberta a primeira audiência pública da Comissão Extraordinária Permanente de Segurança Pública. Estão presentes os nobres Vereadores: Conte Lopes, Reis, Amauri Silva.

Informo que esta reunião é transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, link Auditórios On-Line.

O objetivo desta audiência pública é o processo corrente no Estado de São Paulo sobre a transferência da Polícia Civil da alçada da Secretaria da Segurança Pública para a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania.

Quero informar que foi convidado o Secretário de Segurança Pública Mágino Alves Barbosa Filho, que inclusive enviou um ofício dizendo que não poderia comparecer a esta audiência.

- É lido o seguinte: (Ofício Gabinete Secretário nº 256 de 2018)

O SR. PRESIDENTE (Reis - PT) – Então, essa é a justificativa do Secretário de Segurança Pública. Foi convidado também o secretário-adjunto, esse não mandou carta dizendo que não poderia vir, mas a informação que temos é que ele também não vai comparecer. Foi convidado também o Sr. Márcio Fernando Elias Rosa, Secretário de Justiça e Defesa da Cidadania, também não se fez presente, também não temos informação. Teria alguém aqui representando o Sr. Secretário de Justiça? Também não mandou representante.

O Sr. Paulo Afonso Bicudo, Delegado-Geral de Polícia também foi convidado e está representando o Sr. João Francisco Crusca, Delegado Assistente da Delegacia Geral, a qual agradeço que pelo menos o Governo através da Delegacia Geral temos um representante do Governo. Foi convidado também o Sr. João Batista Rebouças, Sindicato dos Investigadores de Polícia também justificou a sua ausência e está representado pelo Sr. Agnaldo Luzia, Diretor-Adjunto de Relações Públicas e Sindicais. Obrigado pela presença. Foi convidado também o Sr. Eduardo Becker Tagliarini, Presidente Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de São Paulo. Também não estará presente, mas justificou por conta de um evento na Assembleia Legislativa. Foi convidada também a Sra. Raquel Kobashi Gallinati, Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia, agradeço a presença. O Sr. João Roberto Oba, Presidente da Associação dos Médicos Legistas. Está presente?

Foi convidada a Sra. Célia Sueli Silva Fernandes, Presidente da Associação dos Papiloscopistas. Está presente? Muito obrigado pela presença. O Sr. João Xavier Fernandes, Presidente do Sindicato dos Escrivães de Polícia. Muito obrigado pela presença. Sr. Nelson de Jesus Leone, Associação dos Agentes Policiais. Está presente? Não. O Sr. Vanderlei Bailone, Presidente da Associação dos Investigadores de Polícia. Tem alguém representando? Não.

Anunciou a presença da Vereadora Adriana Ramalho, Vice-presidente da Comissão de Segurança Pública.

Quem mais são os presentes que não está nessa lista? Está presente o representante da Associação dos Delegados, Dr. Gustavo Mesquita. Mais alguma entidade que

eu não falei o nome, que não está na minha relação que queira se manifestar? Alberto Sabino de Oliveira, Associação de Defesa dos Integrantes da Segurança Pública. Obrigado pela presença. Jarim Lopes Roseira, muito obrigado.

O objetivo de termos chamado esta audiência foi atendendo ao chamamento do Sindicato dos Investigadores porque esse assunto já deveria ter sido discutido na Assembleia de São Paulo, mas por conta da forma como a coisa se deu, inclusive o próprio representante do Sindicato dos Investigadores teve que ir à Justiça para poder garantir a sua participação na Comissão que foi criada pelo Governo e eu até tenho o Decreto 63.420, de 24 de maio de 2018, que instituiu o grupo de trabalho visando ao estudo e identificação das medidas necessárias para implementar a transferência da Polícia Civil e da Superintendência da Polícia Técnico-Científica, da Secretaria da Segurança Pública para Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, e dá providências correlatas.

O artigo 2º, do Decreto, estabelece a composição do grupo de trabalho. O grupo de trabalho a que alude o artigo primeiro deste decreto será composto por um representante de cada um dos seguintes órgãos: Secretaria da Segurança Pública, Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, Procuradoria Geral do Estado, Polícia Militar, Polícia Civil, Superintendência da Polícia Técnico-Científica. No inciso VII, representantes de entidades de classe das Polícias Militar, Civil e Técnico-Científica.

Então, representantes das entidades, eu quero entender o seguinte, nessa Comissão teria um representante do Sindicato dos Escrivães, um Representante do Sindicato dos Delegados, um representante do Sindicato dos Investigadores. O decreto fala de entidades representativas. Ele não fala de entidade. Na Resolução do Secretário da Segurança Pública eu acho que houve um não entendimento do Decreto do Governador.

Na resolução SSP-52, de 28 de maio 2018, ele indica representantes para composição do grupo de trabalho instituído pelo Decreto 63.420 e diz o seguinte: O Secretário da Segurança Pública, resolve: Artigo 1º - Para compor o Grupo de Trabalho instituído pelo

Decreto 63.420, de 24-05-2018, ficam indicados os seguintes representantes: I- Da Secretaria da Segurança Pública: Dr. Sérgio Turra Sobrane, Secretário Adjunto da Segurança Pública, que inclusive é o coordenador dos serviços. II- Da Superintendência da Polícia Técnico-Científica: Dr. Alex Ursini, Perito Criminal. III- Da Polícia Civil do Estado de São Paulo: Dr. Eduardo Augusto Paglione, Delegado de Polícia. IV- Da Polícia Militar do Estado de São Paulo: Cel. PM Nelson Guilharducci. V- Entidade de classe da Superintendência da Polícia Técnico-Científica: Dr. Eduardo Becker Tagliarini. VI- Entidade de classe da Polícia Civil do Estado de São Paulo: Dr. Arnaldo Rocha Júnior. VII- Entidade de classe da Polícia Militar do Estado de São Paulo: Cel. PM Roberto Alegretti.

Então, em vez de entidades virou uma entidade só.

Comunico a presença do Deputado José Américo, a quem já convido para fazer parte Mesa.

Então, eu acho que vai aflorar no debate essa questão das entidades que não estão participando do grupo de trabalho que foi criado pelo Decreto do Sr. Governador e complementado pela Resolução do seu Secretário de Segurança.

Então, eu vou eu vou passar a palavra para Vereadora Adriana Ramalho, para sua saudação.

A SRA. ADRIANA RAMALHO – Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde a todos os membros da Mesa e o nosso Presidente desta Comissão, Vereador Reis e dizer da importância deste encontro, desta audiência pública e dizer que mesmo sendo a Câmara Municipal de São Paulo mais do que nunca se faz necessário um debate acontecer aqui dentro desta Casa ainda mais nessa esfera e nessa magnitude onde nós somos a casa do povo, nós estamos na casa do povo e onde tratamos diretamente no Município sobre todas as questões que se refletem diretamente e indiretamente na vida de cada cidadão. Para não me prolongar para que os trabalhos sejam mais dinâmicos e que possa ser muito mais produtivo, ao invés de cada Vereador se prolongar cansativamente nas suas falas, ainda mais porque temos muito que

ouvir para poder agregar e dá um direcionamento diferente ao que foi feito por que ao informação que temos é que da parte do Governo do Estado de São Paulo não foi remetido nada Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Apenas foi formulado e assinado o Decreto que foi depois então complementado e assinado pela Secretaria de Segurança Pública.

Assuntos como esse precisam ser debatidos com os parlamentares e com a sociedade civil. Como assim a iniciativa desta Comissão de Segurança da Câmara Municipal, assim também entendo que a Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa deve pautar este assunto.

Portanto, Presidente, já aproveito para fazer um requerimento que ao término desta audiência pública todo o conteúdo exposto e esclarecidos seja formulado, como é feito em todas as reuniões, em ata e que esta ata seja remetida à Comissão de Segurança Pública, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, para ciência do Presidente da Comissão bem como para todos os deputados estaduais do nosso Estado de São Paulo. É o que tenho a considerar e bom trabalho a todas e a todos. Parabéns Presidente pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Eu que agradeço Vereadora Adriana Ramalho e, desde já, defiro o requerimento de V.Exa., e também aditando para que seja encaminhado para a Secretaria dos Negócios da Segurança Pública, para a Delegacia Geral de Polícia e para o gabinete do Sr. Governador do Estado, para que ele tome o conhecimento de todo o debate que aconteceu e que acontecerá nesta tarde, nesta Casa de Leis.

Passo a palavra ao Sr. Vereador Conte Lopes.

O SR. CONTE LOPES – Primeiramente, cumprimento o Presidente Reis, nosso sempre Presidente desta Casa Deputado José Américo, grande ilustre político parlamentar de São Paulo. Saúdo os demais membros da Mesa, Sr. Amauri.

Estamos na Polícia desde 67, quando comecei como soldado, mas não vou me estender muito para não atrapalhar os demais. Desde 67 eu entrei como soldado da PM e

venho acompanhando a Polícia. Nunca ouvi falar disso aqui, da mudança para a Secretaria de Justiça, também não sei se é bom ou se é ruim. Sempre votei favorável, nos meus 24 anos de Assembleia Legislativa, a tudo que se referia à Polícia Militar e à Civil, e aos funcionários de maneira geral, um pessoal que está sempre na luta.

O que acho é o seguinte: teríamos de ter uma forma junto à sociedade de ver que tipo de Polícia a sociedade quer. Se o Coronel quer uma Polícia para ele, o Delegado classe especial quer outra Polícia para ele, sou de uma época antiga, mas que saímos para trabalhar com uma viatura da Polícia da ROTA e outra do Garra, desde o tempo do Erasmo Dias, que foi Deputado e também Vereador desta Casa. Ele praticamente obrigava que andássemos unidos, uma viatura ao lado da outra. Jamos juntos, patrulhando juntos. E está mais do que na hora de unirmos a Polícia.

Um exemplo típico é o Rio de Janeiro: Exército, Marinha, Aeronáutica, pode por o que quiser lá, vai de mal a pior, os bandidos tomaram conta, matam quem eles querem, um terror desgraçado, nós vemos pela televisão. E aqui em São Paulo não é muito diferente, sabemos disso, a bandidagem está aí matando policiais, sequestrando e matando, aterrorizando, atacando cidades. Nós temos de mudar alguma coisa.

E como a Vereadora Adriana Ramalho, estamos aqui para ouvir o que realmente será melhor, mas eu acho que estamos num momento de saber o que a sociedade quer, que tipo de Polícia ela quer para protegê-la, e que tenha, também, a condição de protegê-la. Porque hoje nós é que somos xingados de bandidos, disso e daquilo, o policial é atacado por todos os lados, a Imprensa ataca, tem gente que pensa que somos o Castelo Branco, a o PM é o Castelo Branco, e pensa que todo investigador é o Delegado Fleury. É um pensamento que persiste até hoje. O pessoal vê um PM e diz: “Olha o Castelo Branco; olha o Fleury, o investigador”. Temos de mudar isso aí.

Então precisamos saber que tipo de Polícia a população quer, e que possa realmente combater o crime, pois vejam o exemplo do Rio de Janeiro, que falei: não vai dar

certo porque Polícia é Polícia; precisa ver quem sabe fazer a investigação; ver quem sabe fazer o patrulhamento; e quem é da Polícia. Não é só pegar um cara e falar: “Agora você vai fazer isso; general vem cá, chama a Globo, vamos fazer entrevista todo mundo e vamos solucionar todos os problemas”. O cara não sabe nem o que está falando. O cara vai entrar na favela para pegar bandido? Vai se infiltrar? Vai investigar? Vai trabalhar? Não vai.

É só isso. Essa reunião é importante, convocada pelo Vereador Reis, e queremos ouvir as senhoras e os senhores para ver o que tem de importante. Temos de entender o que o povo quer de nós, Polícia, se não fica difícil.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Vereador Conte Lopes. Passo a palavra agora ao Vereador Amauri Silva.

O SR. AMAURI SILVA – Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde Vereador Reis, parabenizo pela iniciativa. Deputado José Américo é um prazer tê-lo conosco. Boa tarde às demais autoridades.

Sou Guarda Civil há 32 anos já, aqui, desde o início da Guarda Civil Metropolitana, aqui de São Paulo. E realmente sobre essa mudança faço minhas as palavras dos Vereadores Conte Lopes e Adriana Ramalho em relação ao que vai ocorrer.

O nosso pensamento o que seria? Seria o fortalecimento da Polícia Civil e a valorização de todos os servidores. Se vir de encontro a isso e uma melhora de serviço para a população seria bom, pois, infelizmente, hoje, vemos a defasagem em que a Polícia Civil se encontra em questão de efetivo e demais serviços. Para prestar um serviço de acordo à nossa comunidade está complicado. Por isso temos de buscar essa melhoria.

A discussão, como disse a nobre Vereadora Adriana Ramalho, que não passou nem pela Comissão de Segurança da Assembleia, mas vale dizer que estamos dando um passo junto à Câmara Municipal, porque é a Casa do Povo e o povo tem de ter conhecimento de tudo que está ocorrendo, principalmente no setor que é a Segurança Pública.

Realmente, quando se faz uma pesquisa hoje, meu próprio gabinete fez outro dia a

pesquisa em relação à necessidade da população em si, o resultado foi que a Segurança Pública vem em primeiro lugar. O povo sente-se inseguro.

Então temos de ter a valorização, o aumento do efetivo, o crescimento da Polícia Civil, assim como da Polícia Militar e da Guarda Civil. Não vou me estender mais, temos de dar prosseguimento à reunião para o debate vai nos ajudar em saber o que de melhor podemos colaborar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigado Vereador Amauri. Passo a palavra então para o Deputado José Américo, para que possa também fazer sua saudação.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Cumprimento todos os membros da Mesa. Na figura do Vereador Reis, proponente dessa audiência pública, quero cumprimentar nossos Vereadores: Conte Lopes, Amauri Silva, e Adriana Ramalho, filha de meu grande amigo Ramalho, simpaticíssima, competentíssima, gente que tem DNA para a política, tendendo para a política, a gente pode acreditar que sempre vai dar um bom político. Os Vereadores Reis, Amauri Silvae Conte Lopes são pessoas que têm experiência muito grande em Segurança Pública. O Reis é, originalmente, Policial Civil; o Conte Lopes é PM; e o Amauri Silva é Guarda Civil. Não sei se tem experiência prática, mas eu não tenho.

De todo modo, eu tenho também um pé atrás em relação à mudança desse tipo. Porque, vejam bem, o Vereador Conte Lopes tocou em algo muito importante, quer dizer, hoje você tem no mundo inteiro, mas na América Latina principalmente, uma transformação da sociedade de um jeito, sabem, em função da droga, em função de uma série de coisas, em que a criminalidade aumentou muito de um lado, e de outro, você tem infiltração nas forças policiais como, por exemplo, no Rio de Janeiro.

É difícil você combater combater o crime no Rio de Janeiro por quê? Porque as milícias estão dentro da PM e da Polícia Civil. São Paulo, por incrível que pareça, mesmo sendo muito maior, temos focos, mas a instituição está preservada, tanto a PM quanto a Polícia Civil. É uma vantagem que temos. Você pode ter corruptos, pode ter infiltração, pode ter isso

ou aquilo, mas nada que tenha tomado conta da instituição. Então acho que isso é muito positivo. A instituição ainda está intocada. Podemos discutir isso que o Vereador Conte Lopes colocou: que Polícia nos queremos, para onde vai e o que faz, mas nós podemos discutir ainda que Polícia queremos. O Estado do Rio de Janeiro não dá mais para discutir isso. A coisa lá descambou de um jeito que não dá mais. Aqui em São Paulo ainda dá para discutir.

Eu tenho a impressão que aquilo que for a favor da Polícia Civil de São Paulo, se for para melhorar nossa Polícia Civil, é uma Polícia de qualidade, reúne muita experiência, é gente que sabe investigar, sabe fazer as coisas, mas é algo que converso muito com o Vereador Reis, uma Delegacia que antes tinha 40 investigadores, hoje tem 5. Então não dá para fazer a mesma coisa. Tinha-se num sei quantos delegados, que agora não se tem mais.

É uma instituição que os últimos governos deixou ser esvaziada. As pessoas ou vão embora porque não têm incentivos na carreira, ou se aposentam, não há novos concursos e não tem novos recrutamentos. A Polícia é um lugar que sempre tem de ter muito recrutamento, porque é uma atividade que uma parte das pessoas, enfim, se aposenta, outros saem de férias, outros preferem sair da corporação.

Portanto, a Polícia Civil tem qualidade e eu gostaria que ela fosse reforçada, e não atrapalhada, digamos assim, e não comprometida. Então a Polícia Civil, eu não tenho acesso ainda às razões que levaram o nosso Governador Márcio França para pensar essa mudança, quero crer, eu o conheço independente das questões partidárias e ele é uma pessoa de bem, ele é uma pessoa que não faria isso se não fosse para melhor; ele se convenceu de que tem algo bom aí. Então até quando eu tiver oportunidade de falar com ele, vou questioná-lo.

Falei com o Dr. Turra ontem. Dr. Turra é o Secretário Adjunto de Segurança, é uma pessoa que tenho boa relação, sempre ligo para ele quando tenho alguma ‘bucha’ nas ruas. O Dr. Turra é o coordenador desse grupo de estudos e ele me disse: “Olha, está funcionando José Américo, está funcionando. Estamos fazendo o levantamento do ponto de vista administrativo, o que é necessário fazer para que a fusão, quer dizer, a transferência possa

acontecer, existe na Polícia Civil, ela tem vários centros de serviços que servem para outras Secretarias, então, é um problema a transferência, precisa haver transformado, precisa ser modificado, mas estamos tratando apenas do ponto de vista administrativo. Caberá ao próximo Governador uma decisão a respeito. Não dá mais tempo. Não tem tempo de sequer a gente apresentar uma proposta definitiva. Não dá. Ainda estamos na fase, digamos, média do trabalho, podemos terminar, vamos terminar, provavelmente esse ano, mas vamos deixar isso para o próximo Governador. Se o Dr. Márcio França ganhar a eleição, ele certamente vai colocar isso em prática, se for outro não sei, é uma incógnita, porque, afinal de contas, nosso estudo não termina antes das eleições”.

Então é essa a situação. Ele acha que, do ponto de vista estritamente técnico-administrativo, claro, se o Governador decidir, é viável a mudança. Agora não estou entrando no mérito se isso vai fazer bem ou não vai fazer bem; se vai melhorar para a Polícia Civil, ou se vai piorar, isso não posso falar, seria muita pretensão de minha parte. É uma pessoa muito cautelosa, isso é algo mais político, fica para a disputa política, para o debate de vocês que, inclusive, deve acontecer aí até na eleição, vai ter gente falando. Dr. Márcio França mesmo talvez fale disso.

Então é isso. Essa foi minha conversa com ele. Ele, então, remeteu isso para depois da eleição, porque não vai dar tempo mesmo. E ele está tratando com muita cautela, porque ele também sabe que isso é algo difícil, nunca aconteceu no Estado de São Paulo, nunca houve isso, né Vereador Conte? (Pausa) Nunca aconteceu no Estado de São Paulo de se tirar uma força policial de uma secretaria que tem vocação policial, digamos assim, de repressão ao crime, e vai para uma que tem vocação de proteção de direitos humanos etc.

Então está mudando algo de conteúdo, olha, sou um petista, mas um petista super libertário e tal, tomo cuidado em não defender, digamos assim, a violência assim etc., mas eu tenho conhecimento para dizer o seguinte: uma coisa é um grupo, uma Secretaria que tem vocação de repressão ao crime, e tem de ter mesmo, é isso mesmo, pois uma parte investiga,

outra polícia, sei lá, as duas também podem investigar, mas, enfim, agora você leva para uma de proteção, quer dizer, vai misturar aqueles que defendem. Acho que tem de ser separado mesmo. Acho que tem de ser uma Secretaria de Direitos Humanos e Justiça para ficar pegando no pé da Polícia. Mas a Polícia tem a sua autonomia e a sua, digamos, preservação do seu sentido de Polícia.

Temos avançado muito nessa compreensão, hoje, acho que isso é evidente, mesmo as organizações de direitos humanos já não agem mais como agiam antigamente. Já não agem mais daquele jeito, você tem um padre ou outro, ainda assim, mas os direitos humanos agem com certo cuidado, pois estamos numa sociedade de alta criminalidade, de crime organizado etc., mas você tem de ter um cuidado, e a Polícia tem de ter também, pois ela tem o monopólio de violência do Estado e ela apenas tem de usar isso direito, mas tem de usar em algumas momentos.

É isso, senhoras e senhores, que eu gostaria de falar e, ao longo do debate, vou me manifestar de novo, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Agradeço as palavras do Deputado José Américo. Quero avisar a todos que o Renato é quem vai anotar os nomes das pessoas que querem se inscrever e fazer uso da palavra. Depois vamos abrir ao plenário como um todo.

E gostaria agora, após o Deputado José Américo, de chamar o Dr. João Francisco Crusca, que está representando aqui o Exmo. Sr. Delegado Geral Dr. Paulo Afonso Bicudo. Temos um microfone lá na Bancada e também o da tribuna, se as pessoas quiserem fazer uso da tribuna ela também está à disposição.

O SR. JOÃO FRANCISCO CRUSCA – Boa tarde a todos. Permitam-me falar de pé, mania de professor, dar aula de pé, escrever na lousa.

Primeiramente, quero saudar toda a Mesa em nome do Vereador Reis e saudar todos os representantes de classe, também todos os policiais que se encontram aqui, em nome da Dra. Raquel, também presente. Quero dizer que estou me sentindo em Casa, aqui, hoje.

Como disse o meu eterno capitão, desde 67 na gloriosa Polícia, eu entrei um pouco depois, como soldado também, em 79. E o ano que vem são 40 anos de Segurança Pública. Então, só por isso, vocês já percebem que tenho uma opinião muito própria sobre a Segurança Pública. Mas hoje não é dia de externar essa opinião. Hoje me encontro como representante do Delegado Geral que mandou eu dizer que, infelizmente, a agenda terrível dele não lhe permitiu comparecer pessoalmente. Ele pediu para que nós comparacêssemos e o representasse nessa reunião.

Claro que não sou representante do Governo. Quem fala pelo Governo é o Governador. Quem fala pela Polícia Civil é o Delegado Geral e quem fala pelos policiais, estão todos aqui, os representantes de classe, o sindicato, os funcionários da Polícia.

Quero dizer que esse assunto suscitou algo importante. O assunto, no fundo, na verdade, não é a transferência de uma Secretaria para outra, isso somente, somente isso, puramente isso, me parece o nada: continua no Governo do Estado, continua respondendo ao Governo do Estado, à Segurança Pública, suscitou o o que o Capitão falou agora pouco, a questão de qual Segurança Pública a população quer. Qualquer argumento, seja para levar a Polícia Civil para a Secretaria de Justiça, seja para mantê-la na Secretaria de Segurança, só tem consistência se você comprovar que será bom para a população. E quando falo população, é todo mundo, desde o humilde, que monetariamente mora na favela, na comunidade, até o coronel, até o delegado de classe especial. Todos são população, têm filhos. Precisamos de uma Segurança Pública que englobe todos. Não é a Segurança Pública que trabalhe só para a elite, como era na França no século XIX. É, sim, uma Segurança Pública que trabalhe para o coletivo. Tanto faz a secretaria que ela vai estar. Por isso suscitou essa discussão toda. Isso foi excelente. Foi ótimo. Por isso que estamos todos aqui para discutir a direção que a Segurança vai levar. É muito difícil a qualquer um aqui sustentar uma posição reta e objetiva, eu sou a favor, eu sou contra, porque depende. Essa mudança vai mudar o quê? Só o nome da secretaria, só o Secretário? Ou vai mudar as bases da Segurança Pública? Vai mudar tudo? É

o primeiro caminho para ser uma segurança só, por exemplo, como pode ser o caminho para ser várias, quatro, cinco Segurança. Eu não sei. É a população que determina o que ela quer; de forma que nós estamos à disposição de todos. Podemos esclarecer alguma coisa. Não trouxe números. Quem pode falar pela comissão é somente a comissão, que não tem ninguém presente, que simplesmente vai apresentar um parecer ao Governador, na época. A demanda chegou, o funcionário público obedece à demanda, estuda o assunto e oferece um parecer para o Governador, para ele decidir se vai realmente mudar ou não; e eu acredito que seja lá quem for o Governador, a eleição está aí, ele vai escolher a população. O que for bom para a população vai ser atendido, o que não for, não ser vai ser atendido.

Muito obrigado a todos. Estamos à disposição. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado ao Sr. João Francisco Cruz, que é Delegado, assistente da Delegacia Geral; e realmente a nossa audiência fica um pouco prejudicada pela ausência do Governo. Era de suma importância que pudéssemos ter aqui então alguém da comissão. Nós convidamos todos. Fizemos questão de convidar. Tentei até marcar uma audiência com o Sr. Secretário Adjunto para sensibilizá-lo da importância desse tema, mas eu acho que o resultado do debate aqui nós vamos encaminhar, para que tomem conhecimento. É o que o Sr. Delegado Assistente da Delegacia Geral falou, e que o Sr. Conte falou, a Polícia que nós queremos. Essas mudanças que estão se propondo, o que realmente trará de efetividade na Polícia Civil, para melhorar as condições de segurança para a população? O que trará de melhorias para aquele investigador, aquele escrivão, aquele Delegado que está lá no plantão em Parelheiros, em Guaianases, naquelas delegacias tão distantes, com tanta falta de estrutura para atender à população? O que realmente vai melhorar na valorização no policial civil e as suas condições de trabalho? Digo isso porque só mudar de sigla A para sigla B e não se discutir intensamente essas questões, parece que para a sociedade não vai surtir muito efeito.

A tribuna está à disposição. Quem quiser poderá usá-la.

Tem a palavra a Sra. Raquel Kobashi, Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo.

A SRA. RAQUEL KOBASHI – Boa tarde a todos. Parabenizo o Vereador Reis por essa iniciativa. O Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo sentem-se muito honrados em poder participar dessa importante comissão e debater justamente um assunto que a Segurança Pública, a Polícia Civil do Estado de São Paulo justamente nesse período em que estamos vivendo um verdadeiro desmonte, um verdadeiro sucateamento da Polícia Civil. Sabemos muito bem que se priorizou o policiamento ostensivo, preventivo, aquele policiamento de combate em detrimento da Polícia investigativa, da Polícia de inteligência. Não combatemos o crime e a violência por meio de violência. Então, algo está errado, algo está equivocado. A criminalidade só aumenta. A sensação de insegurança da população também só aumenta. Estamos no Estado mais rico da Federação, com os piores salários pagos não só aos Delegados, que investigam crimes no Estado mais rico da Federação como todos aqueles policiais civis que fazem parte da instituição Polícia Civil.

Desvalorizar a Polícia Civil é ferir gravemente a política de Segurança Pública. Como já foi dito, somente por meio de uma investigação de qualidade é que podemos sim efetivamente retirar os criminosos, desmantelar as quadrilhas e as organizações criminosas.

Recentemente o atual Governador Márcio França surpreendeu a todos e ao cenário político justamente ao anunciar o deslocamento da Polícia Civil, da pasta da Secretaria de Segurança Pública para a pasta da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania.

Ora, respondendo à questão colocada aqui, o que, de fato, irá fazer ou melhorar a vida e a segurança do cidadão? Antes de podermos responder objetivamente essa questão, temos que fazer algumas colocações. Primeiro, apertada a síntese, a figura do Delegado de Polícia nasceu umbilicalmente atrelada à figura do Desembargador do Poder Judiciário. O código de processo criminal de 1832 previu a figura do Chefe de Polícia e essa função era exercida por um magistrado, que é um cargo privativo do Bacharel em Direito na época. Então,

estruturava-se assim: No órgão do Poder Judiciário, aquele Desembargador que era nomeava alguns Delegados, que eram nomeados Delegados, assim entre os juízes. Então, em 1841 nasceu essa figura. Ou seja, ele atuava na parte pré-processual e na parte processual. Viu-se, deparou-se com uma situação de um acúmulo de funções, e eles não conseguiam também, de uma melhor forma, prestar esse serviço de Segurança Pública.

De lá para cá, há esse serviço de entrada de Justiça Criminal na Segurança Pública. Por quê? Porque a Polícia Civil atua muito além da Segurança Pública. Ontologicamente trabalhamos sim dentro da Segurança Pública, mas a nossa função é muito além. Somos a porta de entrada para a Justiça Criminal. Então, de lá para cá, algumas acomodações necessárias foram feitas, e levaram a Polícia Civil da estrutura no Poder Executivo para a pasta de Secretaria de Segurança Pública, contudo a nossa função, a nossa atribuição constitucional manteve-se firme e contundente junto com o Poder Judiciário, até o nosso nome, Polícia Judiciária.

Temos, na Constituição Federal, a garantia do devido processo legal. Isso abrange duas fases, a fase judicial e a extrajudicial, e é nessa fase extrajudicial que atua a Polícia Civil, com a sua atribuição constitucional, tanto no âmbito federal como estadual.

Promovemos a proteção dos Direitos Humanos por meio da autoridade policial, que é o primeiro crivo, é o primeiro garantidor da legalidade da Justiça. O Delegado de Polícia, quando atua, ele delibera. A nossa função não é pura e simplesmente prender aqueles que são apresentados supostamente autores ou suspeitos da prática de um delito. Não, deliberamos antes se realmente primeiro, número 1, aquilo foi um delito. Número 2, aquele suspeito é realmente aquele que praticou o delito? Fazemos toda uma análise jurídica e técnica, respaldada com conhecimentos jurídicos que não conseguimos, em menos de cinco anos no mínimo, por meio de uma faculdade de Direito, e depois posteriormente, com dois anos de exercício de advocacia, posteriormente com pós-graduações, mestrados, doutorados etc. Ou seja, aquela figura, a primeira que analisa o fato, protegendo os Direitos Humanos, o cidadão e

a sociedade, a população, é um Delegado de Polícia.

Por isso, estamos diretamente ligados também à atividade de Justiça Criminal. Fortalecendo então o estado democrático de direito, ao colocarmos a Polícia Civil nessa equação das instituições estatais, independentes, que fazem parte da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, equilibramos as instituições estatais, por exemplo, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria e a OAB, na manutenção da lei e da Justiça.

Ao verificar as missões inerentes à Secretaria de Justiça, inclusive no *site*, que é o órgão do Governo do Estado que mantém as relações institucionais com o Judiciário, Ministério Público, Defensoria, entidades ligadas à Justiça e Defesa da Cidadania e Direitos Humanos, nota-se essa plena harmonia da Polícia Civil com os demais atores que integram o sistema de Justiça Criminal.

Na Constituição do Estado de São Paulo, a Polícia Civil exerce atribuição essencial, a função jurisdicional do Estado e a defesa da ordem jurídica. Isso está previsto no artigo 140, no parágrafo 2º da Constituição Estatual.

Já falei anteriormente que nós, os Delegados de Polícia, somos os primeiros garantidores da legalidade e da Justiça.

Não é à toa que o Ministro Celso de Mello, em sua afirmação em plenário, disse que o Delegado é o primeiro garantidor da legalidade e da Justiça, tratando-se da única autoridade pública com conhecimentos jurídicos disponíveis à população 24 horas por dia, sete dias na semana, a fim de dar uma solução imediata a uma série de conflitos, que podem, muitas vezes, serem conflitos não criminais, para salvaguardar e resguardar os direitos fundamentais do indivíduo e do cidadão.

Ventilou-se com um óbice ao deslocamento, à transferência da Polícia Civil da Secretaria da Segurança Pública para a Secretaria de Justiça como se isso pudesse distanciar as Policiais Estaduais, numa suposta política de contramão na Polícia Nacional de Enfrentamento ao Crime. Isso é uma falácia, isso é engano.

Para alcançarmos o objetivo social e atendermos ao interesse público de desmantelar a criminalidade, a população hoje clama, ela exige especialistas e não generalistas. Uma Polícia que faça tudo é sedutora aos olhos do leigo, do desavisado, mas ela dá uma resposta pouco técnica, e se eu não falar de inadequada, aqueles problemas pontuais de casos concretos.

O que é necessário é a integração não somente das Polícias Estaduais, Federais e Guardas Municipais, mas de todas as instituições que militam no combate à criminalidade, o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a OAB; o que se dará sim com o cruzamento de informações e dados amealhados, num trabalho concatenado e harmônico, e cada qual respeitando suas respectivas atribuições e vocações constitucionais, sem tentarem se confundir e usurpar funções. Muitas vezes, as duas Polícias dentro da pasta da Secretaria de Segurança Pública, talvez por desconhecimento legal, talvez por ignorância jurídica mesmo, ignorância à Constituição Federal, muitas vezes, uma tenta usurpar a função da outra, ferindo e colidindo gravemente direitos fundamentais do cidadão. No estado democrático de direito, cada instituição deve rigorosamente respeitar a Constituição e a lei e não tentar praticar atos que não são conferidos e não são legais.

Muitas vezes, essas instituições podem até se confundir, o que não ocorre com a Polícia Civil, que sabe muito bem quais são suas funções constitucionais e legais, afinal estudam as leis, o ordenamento jurídico e a Constituição por pelo menos cinco anos.

A alteração da pasta da Polícia Civil seria apenas uma alteração de instituição do organograma secretarial para outro, se não adequarmos realmente as nossas atribuições e funções. Temos que exigir uma gestão governamental, sim, e investimentos na Polícia Civil.

Não podemos deixar que os plantonistas do governo coloquem suas políticas de governo, que temos visto por mais de 20 anos no Estado de São Paulo pelo PSDB, porque são políticas atrapalhadas, equivocadas e incompetentes e deixam a sociedade à mercê da criminalidade. Segurança pública é uma obrigação do Estado, que não pode escolher investir,

ou não, na Polícia Civil.

Com a mudança de secretaria da Polícia Civil, saindo da Secretaria de Segurança para a Secretaria de Justiça, não só estaremos andando na vanguarda como estaremos condizentes com as nossas atribuições e obrigações legais e constitucionais.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Dra. Raquel, Presidente do Sindicato dos Delegados do Estado de São Paulo.

Tem a palavra o Dr. Gustavo Mesquita Galvão Bueno, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo.

O SR. GUSTAVO MESQUITA GALVÃO BUENO – Boa tarde. Cumprimento a Mesa, na pessoa do nobre Vereador Reis, demais membros da Comissão, Vereadores Conte Lopes, Amauri; Deputado José Américo, que também nos honra com sua presença; e todos os demais presentes que se dispuseram a comparecer para debater um tema tão importante.

Gostaria inicialmente de louvar a iniciativa desta Comissão de discutir um tema tão importante, que é a segurança pública, mais especificamente a questão da mudança de secretaria.

A segurança pública atualmente ocupa uma das pautas principais no debate nacional, mas o grande risco que há, especialmente em ano eleitoral, é que esse debate seja feito norteado por critérios puramente políticos e eleitoreiros, e não técnicos e sérios, discutidos com quem conhece, vive e estuda o assunto. Então é muito importante que possamos debater de maneira séria, técnica e ouvindo todas as opiniões.

Vou fazer uma breve explanação de como surgiu essa ideia de mudança de secretaria, até mesmo para esclarecer a sociedade presente. A ideia iniciou-se em uma visita que fizemos ao então Vice-Governador Márcio França e, durante a conversa, expusemos os problemas que acometem a Polícia Civil. Diante daquela lista enorme, ele falou: “Não terei condições de resolver muitos desses problemas em curto prazo. Mas vejo uma medida que

solucionaria ou atenuaria boa parte dos problemas, que é a mudança de secretaria da Polícia Civil, da Secretaria de Segurança Pública para a Secretaria da Justiça”.

Olhamos com bons olhos e apoiamos, porque foi louvável a iniciativa do Governador de reconhecer que algo, ou muita coisa, não está bem na segurança pública do Estado de São Paulo, ao contrário do que a propaganda oficial, muitas vezes, quer afirmar. Tanto é que São Paulo hoje tem sido o embrião da maior organização criminosa do País.

O Conselho da Polícia Civil, composto por Delegados e Diretores, ficou um pouco reticente com relação a essa mudança, naturalmente, devido às dúvidas. Mas, depois, esse fato mudou com o apoio total do Conselho da Polícia Civil e também de toda a classe, por meio de uma assembleia que fizemos especialmente para debater o tema, onde apoiaram por unanimidade.

O Governador pretendia fazer isso por meio decreto, mas houve uma discussão jurídica questionando se isso seria possível. Encomendamos até o parecer que concluiu a possibilidade de mudança por meio de decreto. Mas o Governador, por outros motivos, decidiu fazer essa mudança por meio de um processo legislativo, o que traz algumas vantagens, como um debate maior com a população e também a perenidade dessa mudança, que não poderá ser mudada por meio de uma canetada.

Basicamente, vou resumir em três pilares por que é uma mudança positiva, acima de tudo, para a sociedade, para o sistema de segurança pública em geral: nós vemos a Polícia Civil como a porta de entrada do sistema de justiça criminal. Isso não quer dizer que a Polícia Civil não faça segurança pública. Faz e sempre fará. Porém, ela o faz indiretamente, na medida em que ela atua na investigação criminal, então ela trabalha na identificação da autoria criminosa ou até mesmo de apurar a inocência do acusado também. Portanto, o Delegado de Polícia é um agente imparcial e isento para proceder a investigação.

A Polícia Civil entrega ao Poder Judiciário esse inquérito policial que identifica a autoria e, por meio da denúncia, a final responsabilização por meio da denúncia e,

posteriormente, com a sentença do magistrado. Isso promove a certeza do castigo, de que o cidadão delinquente será punido, desestimulando a prática de novos crimes. Esse é o trabalho da Polícia Civil na segurança pública.

E a Secretaria da Justiça faz a interlocução com os demais órgãos do Poder Judiciário: a Defensoria Pública, o Ministério Público e a própria OAB. Então, a proximidade dessa polícia, a Polícia Civil, sendo essa porta de entrada com o sistema de justiça criminal com esses demais órgãos seria muito benéfico para toda a percepção penal.

Essa mudança também seria para uma melhor gestão orçamentária dos recursos financeiros pessoais, também um melhor planejamento das ações. Por exemplo: em relação a planejamento, hoje temos uma situação na Polícia Civil que define o critério de aferição de produtividade da polícia por meio de critérios eminentemente de polícia preventiva: flagrantes de delito, apreensões de drogas, abordagens.

São fatores importantes, mas utilizados pela Polícia Militar, cuja atribuição é a prevenção de delitos. A Polícia Civil deveria ter como critérios de aferição de produtividade os atinentes à sua função de polícia judiciária: esclarecimentos de delitos, indiciamento, prisões preventivas, prisões temporárias, inquéritos relatados. Mas hoje isso não há, porque o planejamento é confuso e gera uma maior dificuldade de estabelecer os objetivos e metas adequadas, de acordo com a atribuição constitucional da Polícia Civil, refletindo direto no serviço à população.

Em relação à gestão do orçamento, hoje temos o orçamento de R\$ 21 bilhões da Secretaria de Segurança Pública, sendo em torno de R\$ 15 bilhões destinados à Polícia Militar e R\$ 4 bilhões à Polícia Civil. Isso é normal, porque a Polícia Militar tem um efetivo maior do que a Polícia Civil, mas hoje não há uma destinação orçamentária específica vinculada. Então nada impede, por exemplo, que esse orçamento da Polícia Civil que já é diminuto, ao chegar no final do ano, seja realocado para pagamento de outras atividades de outros órgãos da Secretaria ou mesmo da Polícia Militar, o que prejudica bastante a gestão do orçamento da

Polícia Civil.

Na Secretaria de Segurança Pública, tem o FISP – Fundo Integrado de Segurança Pública – que é alimentado, em sua maioria, por receitas oriundas da Polícia Civil, do IRGD, um departamento da Polícia Civil. Porém, dentro da Secretaria, esse orçamento se dissolve e a Polícia Civil, que arrecada essa receita não pode fazer o uso mais uma vez.

Outra questão em relação à gestão administrativa que seria uma oportunidade muito boa de implementar, e acho que isso envolve o desejo das duas polícias, uma chefia de polícia formada por pessoas que, efetivamente, conheçam de polícia.

A Polícia Civil, assim como a Polícia Militar tem de ser comandada por policiais. A Polícia Militar, e uma Secretaria, própria poderia ter como Secretário, um policial militar. A polícia civil poderia ter um delegado Secretário e não mais, um Promotor de Justiça, que com todo respeito ao Ministério Público e as suas funções, que são importantíssimas para o Estado, local de direito, mas não conhecem de polícia, porque não fazem polícia. Promotor de Justiça, procurador da Justiça, com todo respeito ao Secretário Mágino, não conhecem de polícia. E essa situação persiste no Estado de São Paulo, há mais de 20 anos e que o PSDB governa aqui no Estado de São Paulo. E não podemos mais admitir que as polícias sejam chefiadas por promotores de justiça que não conhece a justiça, que muitas vezes são omissos em relação ás necessidades e carências, e até os conflitos das polícias.

Por fim o terceiro pilar importante que justifica e embasa essa mudança da Secretaria é a maior proximidade da Polícia Civil, com os órgãos de defesa da Cidadania, defesa das minorias, e direitos humanos que são órgãos ligados á Secretaria da Justiça. Entendemos a polícia civil, por vocação constitucional, ela tem realmente uma pertinência, por ser uma polícia mais cidadã, que defenda as minorias, os direitos humanos, e aproximação da Polícia Civil dentro desses órgãos que estão na Secretaria da Justiça, como por exemplo, os órgãos de coordenadorias direitos humanos, centro integrado de cidadania, defesa das mulheres, crianças e adolescentes, farei da Polícia Civil, uma polícia ainda mais cidadã, ou

aproximaria a polícia civil da sua vocação de ser uma polícia cidadã que possa atender melhor a população.

Gostaria de atentar um pouco às críticas que se fazem. É claro que toda mudança provoca temores e incertezas e temos essas incertezas, acredito que nenhuma medida é totalmente desprovida de riscos e acobertadas por garantias. Mas por vezes é preciso sair do lugar comum, e tentar mudar porque a situação não vai bem. Em relação às críticas que se fazem, são críticas fundadas mas queremos contra argumentar um pouco. Em relação à integração entendemos que na verdade somos totalmente favoráveis a integração, entendemos de que é uma necessidade premente, básica, fundamental, de todos os órgãos, justiça criminal, em termos de segurança pública. Integração essa que nunca existiu. Muito se critica, às vezes, a cerca da bipartição das polícias, da unificação creio que é um assunto que possa ser debatido, mas antes disso temos de testar esse sistema que aí está. Ele nunca foi testado com a devida integração, acreditamos sim na integração. Mas acreditamos que ambas polícias, cada uma em uma pasta, com as atribuições bem definidas e delineadas, elas vão propiciar integração ao invés de estar, hoje, dentro de uma mesma Secretaria, dentro de uma mesma chefia, com as atribuições muitas vezes se confundem e geram conflitos desnecessários entre essas duas polícias, para a população também. Essa questão da delineação é importante. Se perguntar para um cidadão comum, qual a função da polícia militar? Qual a função da polícia em jogo? Talvez poucos saberão responder. E aí se a gente não sabe como é que vamos cobrar os resultados dos governantes adequadamente e o cidadão, muitas vezes não tem obrigação de saber, mas as polícias com as atribuições delineadas, em pastas separadas, planejamento adequado e gestão específica de acordo com as atribuições e natureza respectivas, elas propiciaram ao cidadão o maior conhecimento dessas responsabilidades. A questão é que a polícia civil está ligada ao sistema de segurança pública, ela está alocada na Constituição Federal, no Art. 144, o importante, ela teria de estar na pasta de segurança pública por conta disso. Não se sustenta. Não é um argumento jurídico,

na verdade essa locação, essa readequação de uma pasta para outra, é meramente administrativa, não importa uma atribuição, ou uma competência jurídica. E a polícia Civil mesmo estando na Secretaria da Justiça, ela vai continuar, participando do sistema de segurança publica, ela nunca vai deixar de fazer segurança publica. Se a gente tiver na Secretaria da Cultura ou na Secretaria da Saúde, a Polícia Civil vai continuar fazendo segurança publica. Então esse medo não se sustenta.

Podemos citar ainda alguns exemplos de polícia comparada, por exemplo, nos Estados Unidos, possui mais de 170 órgãos ou agências ligadas ao sistema de segurança publica e justiça criminal. Todos eles possuem total autonomia financeira administrativa, orçamentária, tanto que são agentes, mas nem por isso deixam de ser integrados. Só se integra aquilo que é distinto.

Acreditamos que a integração não seria prejudicada, pelo contrário, ela seria fomentada. Aqui no Brasil, temos exemplos, de experiência reunindo diversas polícias, não só polícia civil, polícia militar, como Guarda Civil, Polícia Federal, Forças Armadas, que deram certo. Nas Olimpíadas foi criado o Centro Integrado de Comando e Controle, reunindo todos esses órgãos e foi um sucesso, funcionou perfeitamente. Por que não separar as polícias, cada uma em uma pasta termos acima delas, entre governador, talvez, um gabinete institucional, para fazer essa integração. Seria uma ideia interessante. Em outros estados a Polícia Civil não pertence à Secretaria de Segurança Pública. Podemos citar, por exemplo, no Distrito Federal, tem uma polícia civil forte, funciona bem. Ela não está ligada a Secretaria de Segurança Pública, não está ligada à Secretaria alguma. O delegado Geral tem estado com o Secretário. O que promove maior autonomia à Polícia Civil. É importante ressaltar a polícia civil, precisa de autonomia. Ela é uma instituição que precisa ter garantia para investigar quem quer que seja, independentemente, do cargo ou da classe social por isso ela precisa de autonomia, ela precisa de garantias. Temos visto em âmbito federal o que a polícia federal, que é a Polícia Judiciária, em âmbito federal tem feito nesse sentido, o enorme serviço que prestado à

população, sentido de combate a corrupção e a polícia civil, no Estado de São Paulo, poderia fazer o mesmo. Porque não faz porque o governo não investe, há mais de 20 anos o Governo sucateou, esqueceu-se e humilhou a Polícia Civil. A Polícia Civil pede socorro. Pede socorro a população, primeiramente, que são os destinatários primeiros em nossos serviços, os reais detentores do Poder, quem tem autoridade de cobrar dos nossos representantes, primeiro à população, aos nossos representantes, aos membros do poder Legislativo. A polícia civil do Estado de São Paulo, pede socorro. Ela, hoje, faz muito com o que tem. Mas nos frustra. Nos dói saber e termos a plena consciência que poderíamos fazer muito mais pela população, mas não fazemos porque o Governo não deixa. Porque o governo não deixa? A quem interessa o sucateamento da Polícia Civil? A quem interessa ter uma polícia investigativa fraca que garanta a eventuais governantes, políticos desviados em esquema de corrupção, que garanta imunidade, que não seja investigado? Deixo a resposta com os senhores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Com a palavra o Sr. Aginaldo Luzia, diretor adjunto de relações públicas sindicais, representando o Sindicato dos Investigadores de Polícia.

O SR. AGNALDO LUZIA - Boa tarde aos Srs. Vereadores, hoje muito bem aqui representado pela segurança pública, na figura de um oficial da Polícia Militar, de um investigador de polícia e de um guarda civil. Estamos bem representados nesta tarde.

Estou aqui como investigador de polícia há 32 anos, representando o nosso nobre investigador de polícia Rebouças, um batalhador das nossas lutas de classe como investigador de polícia no nosso sindicato.

Mesmo diante de tudo o que as autoridades disseram aos senhores, a Polícia de São Paulo ainda é considerada a melhor do país. Os nobres delegados não me deixam mentir, os nossos índices de criminalidade são os menores do país, apesar de todos esses problemas.

Pois bem, dessa maneira, fomos pegos de surpresa como subordinados, como uma das várias classes operacionais da Polícia Civil, no caso de investigador de civil, com a notícia de que mudaríamos de Pasta.

No entanto, num momento tão crucial pelo qual passa a segurança pública, isso chamou-nos a atenção, visto que no âmbito federal já existe até o Sistema Único de Segurança, com o intuito de tentar fortalecer os estados, inclusive falando em investimento no ser humano.

Surgiu-nos, então, a dúvida: “nós vamos sair da Secretaria da Segurança Pública?” Qual seria a motivação para isso? Logicamente não nos esquecendo dos nossos papéis de subordinados. No entanto, juntamente com as outras categorias, fazemos um porcentual de quase 95%, ou seja, achamos que deveríamos saber o que estava acontecendo.

Então, diante dessa situação, o nosso Presidente, através do nosso corpo jurídico, representado pelo Dr. Wilson, convocou a justiça com o remédio pertinente, no caso, para saber o que está havendo nessa demanda. Chamaria, inclusive, o Dr. Wilson para nos esclarecer posteriormente o porquê disso e por que não ouvimos algo, pelo menos, para sabermos o que está acontecendo. Não que isso iria influenciar, no caso, administrativamente, em algum problema hierárquico na nossa corporação. Sabemos que os delegados são nossos dirigentes, com toda a certeza.

No entanto, nós, que pomos a mão na massa, temos de saber o que está ocorrendo, porque fazemos parte dessa instituição tão defasada – como já foi dito aqui, dessa instituição tão surrada – pelos governos passados.

Era o que eu gostaria de esclarecer com os senhores e posteriormente o Dr. Wilson também nos esclarecerá essa demanda jurídica.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis - PT) – Eu que agradeço. O próximo é o escrivão Xavier, Presidente do Sindicato dos Escrivães de Polícia. Tive a oportunidade de trabalhar com ele no Departamento de Narcóticos – Denarc.

O SR. JOÃO XAVIER FERNANDES – Boa tarde à Mesa. Quero saudar todos, em especial, o companheiro Vereador Paulo Batista dos Reis, por essa bela iniciativa de discutir,

na Câmara Municipal de São Paulo, a calamidade da segurança pública que assola o país, em todas as unidades federativas do Brasil e onde se mata mais do que na guerra entre o Iraque e a Síria.

Porém, diante dessa calamidade, estamos falando de receita para a cidadania, vivendo num clima em que não existe cidadania. Não adianta o Ministro Celso de Mello vir com teoria, dando palpite nessa grande tragédia, que nunca funcionou.

Mas, quero pedir licença à Mesa para dedicar um minuto de silêncio às trágicas vítimas que perderam a vida, dentre elas a soldada Juliane, na favela do Heliópolis; e a Vereadora Marielle Franco, no Rio de Janeiro, e seu motorista. Depois vou externar o que penso sobre essa questão. Por gentileza, companheiros, um minuto de silêncio.

- Minuto de silêncio.

O SR. JOÃO XAVIER FERNANDES – Muito obrigado. Reitero, então, que essa é uma homenagem a todas as vítimas. Fiz questão de incluir a policial militar Juliane, que perdeu sua vida numa cidade chamada Paraisópolis, onde não existe nem polícia e muito menos segurança pública. (Palmas)

Quero endossar as palavras do Vereador Conte Lopes, a sociedade tem de dizer que polícia quer. Companheiro Reis, fiquei muito honrado com seu convite para dizer isso que estava na minha garganta.

Mas, quero sair daqui dizendo a todos que não basta uma audiência de três horas para aprendermos sobre segurança pública. Também não ouviremos bê-á-bá de quem quer que seja sobre segurança pública.

Reitero mais uma vez o que disse o Capitão Conte Lopes, a sociedade tem de ser ouvida. No mínimo, temos de organizar um seminário sobre segurança pública. Fui investigador de polícia, escrivão de polícia, pesquisador datiloscópico, cursei aquela Academia de Polícia por mais de dois anos e convivi com todos os cardeais da polícia, que nos ministram aulas, inclusive, desembargadores.

O Desembargador Francis Davis foi meu professor de Direito Constitucional. Diziam naquela época que para o policial ingressar na Polícia Civil tinha de cursar a Academia. O companheiro Jarim, aqui presente, foi professor por mais de 25 anos na extinta Guarda Civil e optou pela Polícia Civil depois. Fizemos cursos juntos na Academia de Polícia, em 1970, na Universidade de São Paulo.

Segundo palavras dos professores, dos cardeais da Polícia Civil, aquele curso de Criminologia era ministrado para os delegados se prepararem para abraçar a tão nobre função. Parece que hoje tudo isso não existe mais. Aquele curso regular de um ano para a formação de profissionais, investigador de polícia, escrivão, carcereiro – que foi até extinta na atual gestão, um cargo tão importante – não existe mais.

Criaram um cursinho intensivo de 60 dias, e se computarmos sábados, domingos e feriados dura menos de 40 dias. Ora, que preparamos você vai obter para defender a cidadania das pessoas com 40 dias de aula? Ora, isso é piada.

Não obstante esse descaso, esse retrocesso que houve no preparo do profissional, da polícia civil, acabou com a estrutura da Polícia Civil. Acabaram com a delegacia de polícia. Imaginem vocês a zona da Cracolândia, Rua Aurora, 3º Distrito Policial, fechado nos finais de semana. A primeira delegacia em que trabalhei como escrivão, 43º Distrito Policial, Cidade Ademar, fechado no final de semana. O número de efetivos, de delegados, de escrivães é simbólico, foi reduzido.

Ora, não preciso dizer para quem tem o mínimo de conhecimento de segurança pública que o comando paralelo do PCC está imperando na cidade de São Paulo, conheço até nomes de vítimas. Eles matam e fica por isso mesmo.

Eu seria incoerente se me alongasse e continuasse falando, porque já falei que não é em uma audiência de três horas que diagnosticaremos os problemas da segurança pública. Mas, como representante do Sindicato dos Escrivães de Polícia, queria dizer ao Sr. Dr. Delegado, Presidente da Associação, e à Dra. Presidente do Sindicato dos Delegados – não foi

dito por nenhum de vocês e deveria sair da boca de vocês – que deveria ter um delegado de polícia para cada cartório.

Não acreditem no que estou falando, vão a uma delegacia de polícia, naquele prédio padrão, dez salas, cartório um, cartório dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, dez. Lá o escrivão está com uma pilha de quase mil inquéritos, trabalhando sozinho, ferindo o Código de Processo Penal, que diz que o delegado tem de presidir os atos de polícia judiciária. E o escrivão de polícia está lá, sozinho, com essa polícia desestruturada.

O instituto de polícia técnica está sem recursos para preparar um laudo e concluir o inquérito. Aprendemos na Academia que o laudo é a prova material do crime, é infalível, não é como uma prova circunstancial. Isso é muito importante.

Quando assumi na delegacia, quando tomei posse com a cabeça cheia de teoria, fazia perguntas ao meu chefe. Havia uma ocorrência e eu registrava, era designado a fazer o boletim de ocorrência. Eu falava: “mas não vai preservar o local, não?” Aprendemos dessa forma na Academia. Subia a escada e ia falar com o chefe. Perguntava se o delegado não tinha de verificar para preservar o local? O delegado dizia: “Olha, João, esqueça o que aprendeu na Academia. Esqueça. Amarre o burro à vontade do banco, faça o que o delegado determinar e acabou. Aquela teoria, aqueles ensinamentos, a gente jogava tudo no lixo, não é verdade?

Agora, gente, eu não vou delongar, por favor. Mas discutir segurança pública, em três horas... Foi importante o seminário para a gente chegar aqui e dar o recado, para a gente dizer que precisa ter um seminário, para a gente... mas não venha para cá com atitude corporativista. Não. É para somar.

Eu tenho a minha opinião, mas precisa ver se vai ser aprovada no coletivo. Eu sou a favor de uma polícia única, desmilitarização da PM, carreira única, eu sou a favor. Essa é a minha posição, a minha colocação.

Quero agradecer a atenção de vocês.

Quem me conhece sabe que sou muito sensível à causa pública. Não adianta a Constituição falar: garantia de saúde, garantia de segurança, garantia de vida, garantia disso e daquilo, de moradia, e a população ficar abandonada.

Nós estamos agora sendo dirigidos por golpistas no País, com mais de 14 milhões de desempregados. A maioria convivendo com R\$ 937,00, o valor atual do salário mínimo, que foi rebaixado, reduzido. Ainda vêm os ministros do STF, que ganham 33 mil reais, propor reajuste de 16% sobre os seus salários, indo para 40 mil, produzindo um efeito cascata que vai a bilhões de reais.

Eu queriagradecer a atenção de vocês. Vou encerrar por aqui.

Quero dizer que não vim aqui para dar receita ou diagnosticar a razão, mas a polícia está abandonada. Não só a polícia. Aliás, no meu conceito, a segurança pública não está restrita às atividades de polícia, Polícia Militar ou Polícia Civil, não. O meu conceito de segurança pública é amplo.

O desabamento da barragem em Mariana, Minas Gerais, que destruiu inúmeras espécies de vida, poluiu um rio, matando todos os peixes que serviam de alimentação para uns dois ou três estados, é questão de segurança pública; o acidente que houve na Itália, questão de segurança pública; um bueiro aberto na via pública, questão de segurança pública.

Passei no Viaduto Santa Ifigênia, Vereadores - vou falar em voz alta -, o Deputado também, aquele local é um foco de banditismo. Sou presidente do sindicato, o prédio fica ao lado. Pretendo fazer um ofício ao Secretário da Segurança Pública notificando onde se vendem produtos roubados, celulares roubados, *pen drives* roubados, estelionato praticado com o jogo da tampinha, onde as pessoas que passam estão com o último dinheirinho no bolso aventurando-se a ganhar um valor para o almoço e aquela quadrilha... Se você for filmar...

Eu já informei aos policiais da cabine que fica nas proximidades do viaduto, que me disseram que quando os PMs se aproximam eles fogem. Pediram para que eu filmasse e levasse para a PM. Um dia fui tentar filmar, eles quiseram me tomar o celular. Entendeu?

É nesse clima que nós vivemos. Clima de violência aqui ao nosso lado.

Já falei demais. Desculpa viu. (Palmas)

Abraço para todos vocês. Parabéns, Vereador Reis.

O SR. PRESIDENTE (Reis - PT) – Obrigado.

Vamos ouvir agora a Sra. Maria Nazarena Bento dos Santos, Vice-presidente da Associação dos Papiloscopistas.

A SRA. MARIA NAZARENA BENTO DOS SANTOS - Boa tarde a todos. Estou aqui representando a nossa Presidente que, neste momento, está sem condições de vir, por motivo de doença.

Não há muito a falar sobre a nossa Associação dos Papiloscopistas Policiais do Estado de São Paulo. Eu diria que também é um braço da Polícia Civil. O nosso trabalho é investigativo, através da identificação, o que muito contribui para elucidar crimes, crimes outros, não específicos, patrimônio, assassinatos e tudo mais.

O nosso trabalho é mais de bastidores, vamos dizer assim, mas tem uma conotação científica, nos dando condições de cooperar para esclarecimentos de crimes. Posso dizer para todos que o nosso trabalho não tem grande reconhecimento.

Pessoalmente posso dizer isso, sou da Academia de Polícia, um ano, fiz em 71, tivemos um trabalho bastante elucidativo com o Professor (Ininteligível) através desse processo. Temos acompanhado também os congressos, o trabalho de laboratório e todo avanço nessa área. Mas temos sentido que, ao longo do tempo, o papiloscopista tem ficado bem abaixo do que deveria ser.

Quando eu entrei na Academia de Polícia nós éramos terceiros na escala, somos últimos agora, praticamente. É triste falar sobre isso porque o trabalho tem uma importância muito grande. Nosso sucateamento é enorme.

Para realizar seu trabalho o pessoal de papiloscopia tem uma sala tão pequena e tão sem estrutura que o técnico tem de sair da sala quando usa a parte química, porque não

pode ficar ali, não tem condições para isso. Mas ele faz o seu trabalho.

Esse tema sobre a transferência das polícias, se eu posso dizer assim, será muito importante se for um trabalho voltado para o social, para a população, mas antes, nós policiais, temos de entrar num acordo no sentido de que todo trabalho de equipe é válido. O delegado tem sua parte, o perito criminal a sua, o investigador, o escrivão e o papiloscopista têm as suas partes, assim como o agente. Mas sentimos que cada um trabalha em separado, desvalorizando o trabalho do outro. Quando o trabalho se realiza em conjunto é importante.

Penso eu, é a minha opinião, que toda mudança pode ocorrer no papel, mas, de fato, na prática, não sei se estaremos contribuindo para a população que é o principal tema, ou seja, visar, ajudar e proteger a população que tem confiança em nós policiais - entre aspas - porque o índice de descredibilidade ou de credibilidade na polícia é muito baixo. As pessoas não nos veem como agentes que contribuintes em favor da população, mas pessoas que estão aí para prejudicar. Então vamos trabalhar em conjunto.

É um assunto novo, acredito que teremos de discuti-lo muito, é super importante, mas, volto a dizer que se não houver um consenso, se não sentarmos para discutir o assunto, da importância que cada um tem dentro da organização policial, como o delegado, perito, investigador, escrivão, papiloscopista, agente, vamos continuar com tudo no papel mas, de fato, na prática, sem funcionar.

O nosso Governo, não importa se é PSDB ou PT, tem de estar voltado para o social. Nós nos colocamos lá para trabalhar para a população, consequentemente, para a polícia e também para os outros órgãos.

Agora, se ao colocar-se lá eles nada fazem, temos de repensar isso. Vai ser sempre um projeto aprovado, mas um projeto que, de fato, não vai funcionar. Ao longo do tempo vai ficar só no papel ou terá pequenos resultados para aquilo que deveria ser.

A nossa Associação ainda não tem uma discussão fechada.

O SR. PRESIDENTE (Reis - PT) – Uma posição fechada.

A SRA. MARIA NAZARENA BENTO DOS SANTOS - Isso. Estamos discutindo, estamos aqui para ouvir a opinião de cada um, depois vamos ver em que posição poderemos ficar a respeito. Mas volto a dizer que é importante.

Concordo com o colega quando diz que em questão de três horas não chegaremos a um denominador comum, mas quero que esse assunto caminhe, que possamos discutir de forma coerente e responsável a respeito, não somente discutirmos a questão e ficar por isso mesmo.

Temos aqui os nossos representantes na Mesa, os Vereadores, os nossos colegas da Polícia Civil.

Hoje eu estou aposentada, mas continuo trabalhando na Associação porque acho que mesmo aposentada continuo sendo papiloscopista, continuo policial civil. Considero bastante importante trabalhar para os nossos colegas e também para a sociedade.

Discutamos isso com muita coerência e responsabilidade, acima de tudo pensando em cada policial, no que isso vai resultar para cada um de nós, principalmente, para a sociedade civil que tem na Polícia Civil, na Polícia Militar, na questão de segurança pública, uma proteção, porque nós estamos aqui para isso.

Que a união da Polícia Civil possa ser entre os colegas um denominador comum, cada um dentro da sua função, respeitando o outro de forma que não haja tanta briguinha boba, considero boba, entre o perito que faz isso e o outro que não pode fazer; perito pode fazer laudo, o papiloscopista não pode. Dentro das nossas atribuições nós podemos sim. Só que há briga quando o perito acha que é sua função e o papiloscopista fica jogado, não pode elaborar um laudo e assinar. Como não? Ele fez todo trabalho e o outro assina?

Lembro-me quando houve o sequestro de elementos da família Mofarrej. Cheguei para trabalhar no horário noturno, havia vários delegados, grandes equipes, em torno de um colega nosso, o Sebastião, que tinha pilhas de prontuários e impressões digitais na mesa, fragmentos de impressões digitais, para que ele pudesse trabalhar. Ele ficou até às quatro

horas da manhã em cima daqueles prontuários, em cima das impressões digitais que chegaram do local do crime, dos possíveis cativeiros. Às cinco horas, o Sebastião já tinha descoberto quem era o sequestrador.

Eu pergunto a vocês: o nome do Sebastião saiu em algum lugar? Não. O Sebastião pôde assinar o laudo? Não. Os louros foram para outros. Acho muito injusto quando se trabalha muito sem reconhecimento.

Cada um buscando a sua função? Sim. Todos estudaram para isso, fizeram Academia de Polícia, mas cada um tem de ser reconhecido dentro daquilo que faz no seu dia a dia.

Vamos discutir o tema, creio que é de suma importância tanto para nós policiais quanto para a população que possamos chegar a um denominador do que vai ser bom para todos.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis - PT) – Muito obrigado.

Há algumas pessoas que se inscreveram. Temos o Dr. Arnaldo Rocha Júnior que faz parte da Comissão que foi instituída pela resolução SSP 52, que chamo para falar sobre esse processo de estudo da transferência da Polícia Civil para a Secretaria de Justiça.

O SR. ARNALDO ROCHA JUNIOR – Boa tarde a todos, Sr. Presidente, cumprimento todos os membros da Mesa, meu nome é Arnaldo Rocha Junior, sou Delegado de Polícia, Secretário Geral do Sindicato dos Delegados de Polícia de São Paulo e Diretor de Assuntos Profissionais da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo.

Então fui o escolhido pelas entidades de classe dos delegados para no grupo de trabalho representar a Polícia Civil. Assim como o Coronel Alegrete que era o representante de uma das diversas entidades que a Polícia Militar tem foi o representante escolhido para tratar desse grupo de trabalho da migração da Polícia Civil para a pasta da Justiça.

No grupo de trabalho fui escolhido pelas nossas entidades de delegados porque

sou um entusiasta do tema. E busquei por causa disso e por causa da proposta de viabilidade dessa mudança passei a estudar o tema e as minúcias das estruturas da Administração Pública do Estado de São Paulo, da pasta da Justiça e da pasta da Segurança Pública.

Iniciados os trabalhos foram cinco encontros até o presente momento em que foi discutido como ficaria a locação das estruturas compartilhadas e qual foi o objetivo já tratado. Não se discutia o sim ou não, então a Comissão presidida pelo Dr. Turra, Adjunto da pasta da Segurança Pública, junto com o Dr. Madureira, Adjunto da pasta da Justiça. Então foi muito bem pautado, aqui está para discutir o como. Existe já a vontade política do Governador manifestada na migração da pasta.

Então temos de colocar qual é o melhor caminho porque existem estruturas compartilhadas. Parte dessas estruturas são objeto de matéria de leis a serem discutidas na Assembleia Legislativa, parte decreto e parte resolução nas duas pastas. E tudo isso, ou seja, como se encaixam as estruturas sem criação de cargos e de despesas para o erário.

Então nesses encontros nós tivemos o das estruturas principais compartilhadas, o Centro Integrado de Comando e Controle e o Centro Integrado de Inteligência da Segurança Pública. A questão orçamentária do Fundo Integrado de Segurança Pública e estruturas compartilhadas dentro da própria pasta, que é a Coordenadoria de Análise e Planejamento e Assistência Técnica Policial.

Como representante das entidades de classe de delegados posso afirmar que todo o nosso estudo, toda a nossa ideologia não teve qualquer cunho corporativista em momento algum. Até porque fui Investigador de Polícia, ingressei na Polícia, em 2002, como Investigador de Polícia, me apaixonei de imediato pela instituição. Muito da minha formação como homem se deu ao me tornar Investigador de Polícia nas fileiras de atuação. Após iniciei o curso de Direito e me tornei Delegado em 2002.

Então com 17 anos praticamente de carreira policial, sou um Policial Civil. O delegado de polícia não é delegado de Direito nem delegado de Justiça. É delegado de Polícia.

Então não há que se dizer que o delegado, pelo menos na visão contemporânea e dos aguerridos de todos os tempos que nos acompanham, a exemplo, o Dr. Kfouri, nosso eterno Delegado Geral, Vice-Presidente da Associação dos Delegados. Não há que se dizer que em momento algum o que norteou essa possibilidade de mudança de pasta tem algum cunho corporativista ou de pleito salarial. Totalmente separado até porque todos os nossos estudos, textos, entrevistas, o material produzido pelas entidades, desafio alguém a encontrar em todos esses expedientes alguma coisa que diga respeito a pleito salarial. Sempre pensamos na melhor forma de gestão da Polícia Civil, pensando na nossa ideologia.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Uma pergunta, Dr., corre o assunto nas delegacias que ouvimos no dia a dia de que haveria uma promessa do Governador de equiparar o salário dos delegados ao salário do defensor público. Isso procede?

O SR. ARNALDO ROCHA JUNIOR – Vamos lá. Este pleito hoje concretizado na PEC 03/2018, iniciativa do Deputado Campos Machado em releitura a PEC 01/2014, com o texto um pouco alterado. Ou seja, esse pleito existe, está na ALESP, totalmente divorciado sem qualquer relação, desconexo, não tem nada a ver com a questão de mudança de pasta. Até porque ficaria muito feliz se essa proposta viesse do próprio Governador, seja Governador Alckmin ou Governado Márcio França.

E não é o caso, é o Deputado Campos que sempre prestigiou a Polícia Civil, assim como S.Exa. tem propostas de emendas à Constituição do Estado de São Paulo e projetos de lei que beneficiam todas as carreiras, como agora há um PL específico, salvo engano, beneficiando escrivães e investigadores. Estão em trâmite e são iniciativas do Deputado Campos, totalmente divorciadas.

Então me coloco à disposição dos senhores para qualquer questionamento, estejam à vontade para me interromper porque estou aqui justamente para sanar. Não preparei nada. É um discurso apenas para sanar as dúvidas desse processo.

Pensando Segurança Pública como um sistema. Ah, mas a Polícia Civil está no Art.

144 da Constituição Federal, assim como está também dimensionada na Constituição do Estado de São Paulo como órgão de Segurança Pública. Sim. E sempre será porque estendemos nos estudos contemporâneos a Segurança Pública como um sistema que integra diversos órgãos e a Polícia Civil está lá.

Agora a promulgação recente do SUSP, Sistema Unificado de Segurança Pública, a Polícia Civil é um integrante nato do SUSP, assim como secretarias de Segurança Pública e pastas análogas, porque Segurança Pública é uma realidade de São Paulo como de outros estados, mas as outras unidades federativas, há estados em que não existe. Salvo engano, em Minas há o Sistema Integrado de Justiça e Defesa Social, algo nesse sentido, em que a Polícia Civil de Minas não está na pasta da Segurança Pública. Em Brasília, não está na pasta de Segurança Pública. No Acre sequer existe essa secretaria, há uma pasta da Polícia Civil e uma pasta da Polícia Militar. Em outros estados a pasta da Justiça na verdade é Administração Penitenciária. E a Segurança Pública integra Justiça, Segurança e Administração Penitenciária.

Então vemos essa questão um pouco até simplificada eu diria. A Segurança Pública sendo um sistema, a Polícia Civil estar nessa pasta ou estar nessa é um critério meramente de gestão para melhor alocação de efetivo e recursos, porque uma coisa é certa, do jeito que está não está bom.

Então vamos colocar os pontos que todos concordamos. Do jeito que está não está bom. Infelizmente algo que me entristece muito há 17 anos, os conflitos práticos que acabam ocorrendo com a Polícia Civil e Polícia Militar só aumentam e na mesma pasta. Ou seja, do jeito que está não está bom.

Capitão Conte Lopes, sou filho de policial militar e acredito que na casa da minha mãe tem o vídeo VHS do senhor gravado, antigo. Não lembro exatamente o nome, mas assisti quando criança. Infelizmente esconderam o senhor. Sabe por que não existe mais essa questão de uma viatura da ROTA junto com a viatura do GARRA? Acho bonito, meu pai como Tenente foi Comandante do Pelotão de ROTA. E é lindo ainda quando as viaturas saem

enfileiradas. Aquela solenidade das viaturas saindo enfileiradas do quartel, se formos fazer isso na Base do GARRA teremos duas viaturas, três no máximo.

Infelizmente não temos efetivo e quando brigamos por esse efetivo... Não estou brigando por delegados, são poucos delegados lá. Estou brigando por investigadores, agentes policiais e policiais de todas as carreiras que lá deveriam estar protegendo a sociedade e não tem efetivo. Não queremos nem mais cargos, queremos apenas a recomposição. Ou seja, do jeito que está não está bom.

E pensando como, quais soluções dentro desse panorama que acreditamos ser o ideal, duas polícias. Acreditamos que o nosso modelo é o ideal. Não é estruturado, não posso falar que uma Ferrari não é boa se estiver com os pneus carecas. Nosso sistema não é o problema. O problema é a falta de viabilidade e estruturação dele.

Mas vamos lá, como fazer com a Polícia Civil colocando em outra pasta. As estruturas compartilhadas, pensamos que havendo a possibilidade de cisão, se pudesse haver um correspondente na pasta da Justiça e as questões de órgãos conjuntos integrados para outra esfera secretarial.

Tanto nosso pleito não é corporativista ou uma visão específica de defesa dos delegados de polícia da Polícia Civil que propomos que o Centro Integrado de Comando e Controle fosse alocado para a Secretaria de Governo ou para a Casa Civil. E que o Coordenador Geral fosse indicado pelo Governador e não mais subordinado ao Secretário de Segurança Pública, porque pensamos que se no futuro cada Polícia fosse ter uma pasta para sua gestão que acreditamos ser o melhor modelo, uma Secretaria da Polícia Militar com comandante geral com status de secretário. Uma Secretaria da Polícia Civil com delegado de polícia com status de secretário e uma pasta ou gabinete de integração para as estruturas compartilhadas. Mas para a realidade atual acabamos pensando que o melhor seria essas estruturas ficarem em outra esfera secretarial. Infelizmente fomos vencido nessa questão.

Quanto ao FISP, queríamos muito e chegou o momento da Polícia ter um fundo

especial da Polícia Civil e o fundo da Polícia Militar, cada uma tendo as receitas de acordo com o serviço gerado porque na realidade atual, no cálculo orçamentário a Polícia Militar detém 59% do orçamento da Secretaria de Segurança Pública e a Polícia Civil 37%. Se fizermos a soma temos 96% do orçamento para a Polícia e 4% para outras estruturas. E desses 37% da Polícia Civil, a Polícia Técnica Científica entra nessa verba orçamentária. Ao que parece, não sou especialista no tema, mas é algo já colocado na lei orçamentária.

E no FISP em específico, isso nós debatemos, a Polícia Civil como o Dr. Gustavo apontou gera em serviço 80% do FISP. E paga do bolso dela o contrato que realiza o serviço que gera essa receita, mas para a Polícia Civil que dá 80% de orçamento só volta 37%.

Então são diversos os motivos. O grupo de trabalho não interrompeu os trabalhos. As reuniões foram cessadas porque após os cinco encontros tudo o que foi sugerido para as estruturas, a destinação dessas estruturas, agora é o momento de elaborar as minutas de projetos de lei, decretos e resoluções. E posteriormente o grupo de trabalho voltar a se reunir e debater se essas minutas são adequadas.

Quanto à questão de viabilidade jurídica, se decreto ou por lei, direito tem para todos os lados. Com o posicionamento para o jurídico atual é que a mudança da Polícia para ser promovida tem de ser por lei.

Então acredito que quando essas minutas específicas de matéria de lei chegarem à Assembleia Legislativa ocorrerão os debates e as audiências públicas conclamando a população para participar desse debate. Não represento o Governo, mas pelo que vemos no andamento dos trabalhos parece que assim será realizado.

Para não me alongar mais, coloco-me inteiramente à disposição de todos os presentes para sanar qualquer dúvida que aconteça e justamente por ter oportunidade de participar do grupo de trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Agradeço ao Dr. Arnaldo Rocha.

Ele está inscrito, o Dr. Wilson, mas vamos ouvir o primeiro. Vamos encerrar as inscrições por causa do tempo, daqui a pouco temos de entregar o plenário. Vamos ouvir primeiro o Sr. Alberto Sabino, da Associação de Defesa dos Integrantes da Segurança Pública e Privada de São Paulo. Depois o Sr. Jarim Lopes Roseira, Presidente da Associação Internacional, seção São Paulo; depois o Sr. Wilson Rangel Junior, advogado do Sindicato dos Investigadores. E o último inscrito o Sr. Cícero Floriano.

O SR. ALBERTO SABINO – Srs. Vereadores, amigos, presidentes das demais entidades, tenho ouvido os colegas falar, é um poço de lamentações. Entrei em 1970 na carreira de investigador, mas em 1964, na época do Castelo Branco, tentei ir para o CFO e lamentavelmente, fui quebrar minhas pernas. Em 1969, fiz concurso para investigador, tomei posse em 1970. E felizmente, sou um policial orgulhoso, o único policial detido pela Corregedoria por defender a polícia e o povo de São Paulo, porque naquela época já ganhávamos pouco e não tínhamos sequer policiais na delegacia.

Hoje, o povo está calado e nossos representantes também, porque delegacias estão fechando na Capital e no interior e ninguém toma conhecimento. Se tomam, não falam nada. Não basta só falar, é preciso convocar todas as entidades, fazer como fazíamos em 1970 até 1990, quando me aposentei. Nós íamos para a rua, com carro de som, convocar nas delegacias, os PMs, colocar o povo na rua para mostrar ao governador que somos fortes.

No Rio Grande do Norte, a única diferença é porque lá são unidos, têm garra, têm peito e não tem guerra entre polícia civil e militar. Aqui existe uma diferença, uma guerra. Não tem de existir isso.

Fundamos a Associação de Defesa dos Integrantes da Segurança Pública faz quatro anos. O que estou vendo agora somos nós, eu não quero saber se vou para a Secretaria da Justiça ou se fico na Secretaria da Segurança Pública. Não existe diferença entre o policial militar e o policial civil. O que existe é o velho chavão: eu, eu, eu. É o povo que paga o nosso salário e temos de nos curvar e dizer: seu Governador, eu não quero saber para onde

vai a segurança pública, que tenha o oficial da PM comandando a polícia militar, que tenha um delegado comandando a polícia civil. Eu pergunto falta uma grande coisa que não estamos pensando: na polícia militar, na polícia civil, falta urbanizar as nossas duas polícias, para que não haja o assédio moral, delegado pune investigador ou outro colega. E a mesma coisa na polícia militar. Se falar que o Conte Lopes é feio, já não anda na ponta da praia. Isso tem de acabar, isso não é segurança.

Então, faço um apelo ao Sindicato dos Delegados, em algumas partes do Brasil, o conselho da polícia civil não é proposta só do delegado de polícia, a instituição policial civil são 14 carreiras.

Comece já se unir, delegados, porque na época em que fui detido, porque me orgulho de ter sido detido pela corregedoria, eu não posso esquecer, que Deus o tenha em um bom lugar, porque foi o Delegado Cardeal, na época, o Dr. Jorge Miguel que falou: se prender alguém, se punir, eu entrego a “rapadura”. Ninguém quer entregar a “rapadura” hoje, ele entregaria o cargo. Mas eu fui para a corregedoria, entregue nas mãos do delegado Guilherme Santana, que hoje o considero uma barbaridade, que haja mais delegados como ele, que não sejam corruptos. E quando fui na 38 falar da associação, entrei naquela loucura toda, sozinho, entrei no plantão, tinha três pessoas, sabia que eram policiais, delegado não tinha crachá, e falei: “Dá licença, sou Beto Sabino, o presidente tal”. Falaram um momento só. Eu parei, no 38, ele não me deu atenção mais, eu saí, falei com o titular, bacana, todos os colegas legais, quando volto no plantão, perguntei: “O senhor é o delegado?”. Ele disse: “Sou sim”. Eu disse que não falava com ele porque foi mal educado, Que delegado é esse? Se o delegado me trata mal, imagina a população de São Paulo. Delegado tem de tratar o povo bem, se ele me trata mal como investigador... ele nem sequer defende a polícia, como eu defendo.

Por isso, meu povo, é preciso começar em casa, colocar a casa em ordem. O delegado tem de colocar no conselho todos os representantes, não só o delegado. Somos 3 mil e poucos delegados. Por que sou delegado do conselho, se no Brasil há outros fazendo parte.

A mesma coisa na polícia militar, que se crie um conselho para estar lá o soldado, o cabo, o sargento, para defender esse pessoal. Não é só o oficial que tem autoridade, isso é brincadeira, isso não é segurança pública.

Por isso, meu povo, enquanto a ida para cá ou para lá pouco está me importando. O que queremos é esta Casa e a Assembleia se reúna para dizer em Brasília, que era um tal de Ministério da Segurança Pública para com o país, não vejo o Raul Jungman dizer que vai dar salário para o policial. O policial tem que se corromper? Hoje um policial, terceiro grau, investigador ganhando 3.599, mais 600 reais de insalubridade, tira 4 mil livre. Como pode manter a família, pagar aluguel e manter seus filhos com dignidade?

Eu pergunto: desde que entrei na casa, os delegados cariais são presidentes do conselho é delegado geral de polícia? Nenhum, até hoje, saiu embandeirando. Vamos colocar lá no conselho todos os integrantes da segurança, as 14 carreiras, não só os delegados de polícia.

Mesma coisa seria com a polícia militar. É para harmonizar a polícia militar também. E salário para os policiais de São Paulo, e que a esta Casa e a Assembleia se reúna para cobrar do Presidente da República igualdade dos pisos salariais com os policiais de Brasília e com os policiais federais. Que os nossos colegas, todos que fazem segurança pública neste Estado merecem respeito porque esses homens, a Guarda Metropolitana, eu não vi ninguém falar desses homens! Levam bandidos para a delegacia e seus salários são inferiores aos dos policiais militares. Por qual motivo?

Todos são iguais perante a lei. Então, meu povo, eu não quero saber se esse governador, que para mim é um demagogo, porque está fazendo negociação com a segurança pública. Ele pode mandar o policial para qualquer lugar, o policial civil, desde que dê o salário, respeito, dignidade a todos os policiais de São Paulo, porque estamos na rua levando tiro.

Em setembro, depois que entrei na luta por essa associação, há dois anos, eu já mandei mais de 40 ofícios para o Sr. Governador. O nível universitário, mandaram três

prontuários com 86 páginas, dizendo que só precisa de uma lei. Eu pedi a lei das minorias, não fazem porque não querem. Pedi que em agosto, que criassem um departamento jurídico para atender os policiais de São Paulo quando em entrevero com os bandidos tivessem o advogado para defender, a corregedoria para defender na justiça. E até agora, eu estou aguardando. Parece que passou agora, época de eleição. Ninguém vai enganar o policial, ninguém vai nos enganar, ninguém vai me enganar.

Por isso, quero dizer ao Sr. Governador que tenho uma mágoa desse cidadão, que me deu uma rasteira, não precisa fazer demagogia. Mande a polícia civil para o judiciário, pode mandar para Secretaria de Justiça, desde que dê o salário. Nós queremos da justiça que urbanize a polícia civil, o conselho tem de ter todas as carreias e também a PM tem de ser urbanizada para não ter o assédio.

Quero dizer aos delegados que essa situação de calamidade não está só na polícia civil, está na polícia militar também. Eles dão melhorias para a polícia militar porque é a grande alma da governabilidade. Eles mandam a polícia em qualquer confusão para defender o Estado. E a polícia civil é investigativa, vai investigar o Sabino? Vai investigar o arquimilionário que roubou muito o patrimônio dele, mas o meu patrimônio fica às traças. É preciso que o investigador vá para a rua. Faltam mais de 15 mil homens na polícia civil. E a polícia científica é uma vergonha. É tão vergonhoso que denunciei o Garra ao Ministério Público. Sabe o que fizeram? Mandaram investigar, trazer informações. O que fez o Ministério Público Federal do Trabalho? Mandou uma notificação para que eu fosse colher informações no Garra e no Gea. Cheguei lá, o Ministério inquiriu o Governador, o Secretário, o delegado geral e o diretor do Deic, me deram carona, legal. Quando disse que era o Sabino e precisava falar com o delegado tal, eles me proibiram de entrar no Garra. Fiz ofício, entreguei no Deic e no Ministério Público. O que vai acontecer eu não sei.

Na realidade, eu estou cansado. 71 anos, eu não sei mais em quem acreditar. Em vez de irem investigar, eles me mandaram ir. Então, não quero saber se eu vou para

Segurança Pública ou Secretaria da Justiça, o nosso negócio são os salários, e respeito.

Eu fui na academia de polícia, não vou esconder jamais. Fui lá quatro vezes para falar com os alunos. Não me permitiram entrar, fiz ofício, protocolei no dia 14 de março, protocolei um segundo e a diretora, Dona Ana Paula Soares, não me permitiu falar com os colegas nem antes, nem depois da aula. Ela não é dona da academia de polícia. O dono da academia de polícia é o povo. Comuniquei o Ministério Público e pedi que tome as providências cabíveis porque ela não podia me impedir de fazer esse trabalho, porque estou na associação, gastando dinheiro do meu bolso para ajudar a nossa instituição. E vou sim defender a nossa instituição porque também queria ser delegado de polícia. Todo mundo policial quer ser delegado, eu não seria diferente. Infelizmente, fui detido em 1990 e fiquei chateado e pedi aposentadoria.

Fica aqui o meu protesto, peço que os delegados, os sindicatos, delegados de associações, que lutem para que o conselho seja urbanizado, que coloquem investigadores, escrivães, que a polícia militar tenha a participação do cabo e do soldado. E para encerrar, fiz outra comunicação. Eu estive em São Miguel, em frente à Casa André Luiz, uma base móvel da polícia militar. Aquilo é uma humilhação, ninguém ficaria lá prestando serviço social, porque não tem banheiro.

Os policiais estão trabalhando doze horas, sejam soldados, mulheres ou homens, sem banheiro. Ninguém fala nada até hoje. Isso é uma esculhambação. Eu espero viver, no mínimo, mais uns 15 ou 20 anos, para poder continuar brigando, mesmo sem ter visão nenhuma das coisas, mas a minha briga é pela Polícia. Sou defensor sim. Policial Ambiental e Polícia Civil são pai e mãe, é uma casa só, não pode haver divisão. Então, equiparação salarial para todos, e que o policial ganhe, que o Coronel ganhe como ganha o Delegado de classe especial, para que não haja briga entre as casas, porque Segurança Pública é vida, e nós queremos realmente ter segurança.

Desculpe-me se ofendi alguém.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. Jarim Lopes Roseira, diretor e Presidente da Associação Internacional, seção São Paulo.

O SR. JARIM LOPES ROSEIRA – Exmo. Sr. Paulo Batista dos Reis, DD. Vereador da Câmara Municipal de São Paulo, em seu nome, cumprimento toda a Mesa, inclusive o Sr. Deputado Estadual José Américo, que está aqui desde o início dessa solenidade. Em nome do meu velho companheiro, colega de classe, João Xavier Fernandes, cumprimento todos os Presidentes e diretores de Associações de Classe da Polícia Civil e também da Polícia Militar, se estiver aqui alguém representando. Quero cumprimentar também o Prof. Crusca, que aqui representa o Dr. Paulo Afonso Bicudo, DD. Delegado Geral de Polícia.

Meu nome é Jarim Lopes Roseira. Eu sou escrivão de Polícia aposentado e presido a seção de São Paulo da Associação Internacional de Polícia. Fui professor, com muita honra, na Academia de Polícia, de 1988 até completar 70 anos de idade, há quatro anos. O Sr. André Franco Montoro, que presidiu este Estado de São Paulo de 1983 a 1986 dizia: “Ninguém mora na União, ninguém mora no Estado, todos moram no município”. Era a fala mais frente dele, com ampla e total razão. Posteriormente veio o ex-Presidente da República, Sr. Jânio da Silva Quadros, que criou a Guarda Civil Metropolitana e, em certa ocasião, quiseram proibir que a Guarda Civil Metropolitana efetuasse o policiamento ostensivo. O Sr. Jânio, no alto da sua experiência e respeitabilidade, disse: “Olha, na Constituição, está escrito que a Guarda Municipal deve cuidar dos bens, serviços e instalações do município, e as vias públicas são de propriedade do município. Ao policiar as vias públicas, os guardas estão protegendo o cidadão”.

Estou fazendo essa retrospectiva, meu caro Vereador Reis, para dizer da legitimidade dessa audiência pública pela Câmara Municipal, para tratar de um assunto que, a priori, seria do âmbito do Estado tão somente, mas aqui se cuida do interesse do cidadão, da cidadania. Meus parabéns, Reis. Permita-me a intimidade, porque nos conhecemos de longa

data, eu, você e Xavier.

Quando surgiu a notícia de que o Sr. Governador pretendia tirar a Polícia Civil do âmbito da Secretaria de Segurança Pública, por meio de um decreto, confesso a V.Exas. que eu me surpreendi e passei a me articular junto aos demais colegas representantes de segmentos da Polícia Civil, alguns, não todos, no sentido de que nos posicionássemos contra. Como? Há quanto tempo a Polícia Civil e a Polícia Militar integram a Secretaria de Segurança Pública? Agora que a Polícia Civil está defasada, agora que a Polícia Civil que está com salários pífios, atrasados, sem a reposição que a Constituição manda que se faça, tirando-nos da área da Segurança Pública e nos passando para a Secretaria da Justiça, qual é a explicação? Meramente semântica, porque, a Polícia Civil faz Polícia Judiciária, mas quem diz isso é o Código de Processo Penal. A Secretaria da Justiça é apenas uma estrutura administrativa do Governo do Estado, mas ainda que seja da vontade do Sr. Governador transferir-nos para a Secretaria da Justiça, que antes reponha o efetivo da Polícia Civil, que antes dê a dignidade salarial que o policial civil precisa, para exercer, com amplitude, a sua importante função, porque, senhores, não adianta prevenir ou tentar prevenir o crime se não houver a repressão.

Hoje os índices de esclarecimentos de crimes são baixíssimos, porque não temos efetivos na Polícia Civil. Os nossos colegas escrivães de Polícia, nobre Vereador Reis, trabalham com sobrecarga de trabalho, com 300, 400 ou 500 inquéritos, o que é desumano. Então, é natural que a produtividade da Polícia Civil seja baixa e que mereça críticas. Sem o trabalho da Polícia Civil, tenham a certeza, senhores, que jamais vamos ter um combate efetivo à criminalidade, que tanto cresce dia a dia neste Estado e no País.

Enquanto os inquéritos policiais não forem bem feitos e para que eles sejam feitos, um escrivão não pode ter mais do que 80 inquéritos, enquanto hoje tem 400 a 500, nós não teremos os criminosos apontados da Justiça para serem devidamente apenados. Portanto, eu acho que o Sr. Governador precipitou-se nessa sua intenção, de transferir a Polícia Civil da

Secretaria de Segurança Pública para a Secretaria da Justiça. O Governo Federal, vendo o panorama assustador do crescimento da criminalidade, fez o quê? Criou o sistema único de Segurança Pública, e, logo em seguida, o Ministério da Segurança Pública. Para quê? Para unir forças, para concentrar esforços, no sentido de combater eficazmente a criminalidade organizada, que assusta a todos a todo instante.

Portanto, o Sr. Governador estaria, com todo respeito, transitando na contramão, pelo menos da política do Governo Federal. Encerrando, para não em alongar, porque o tema, como foi dito aqui, comportaria muito maiores debates, muito mais detalhamentos, eu diria que a oportunidade, o momento requer outras providências do Governo do Estado, requer sobretudo a reposição do efetivo, tão defasado, assim como defasados estão os vencimentos e proventos dos aposentados e dos pensionistas, que amargam quatro anos, Sr. Vereador Reis, sem nenhum reajuste. Isso sim é preocupante, isso sim deveria ser a preocupação de S.Exa., o Sr. Governador Márcio França.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. Wilson Rangel Júnior, advogado do Sindicato dos Investigadores.

O SR. WILSON RANGEL JÚNIOR – Boa noite a todos. Saúdo aqui as autoridades presentes, Deputado e Vereadores, especialmente o Vereador Reis, investigador de Polícia antes de qualquer coisa, incentivador e Presidente desta Comissão Permanente de Segurança Pública nesta Casa, saúdo também os advogados, os colegas aqui presentes, a classe operacional da Polícia Civil, os delegados de polícia. Fui convidado pelo Sindicato dos Investigadores a estar aqui presente. Apenas para comunicar que o departamento jurídico daquela entidade não está discutindo a legalidade da mudança da Polícia Civil de Secretaria porque isso passa por um trabalho muito mais profundo e, pelo que o Dr. Arnaldo disse, já se aprofundou. Então, eu tenho curiosidade e peço desde já as vistas desse material e acredito também que a classe operacional não é contrária à mudança. Na verdade, ela não consegue

se posicionar de uma maneira efetiva, como exemplo, tomo as palavras dos demais representantes de classe porque efetivamente não sabe de que forma isso vai acontecer.

Se existe uma intenção do governo de trazer benefícios para toda Polícia Civil, que se abra uma discussão não só para a carreira de delegados, mas para toda a classe operacional. Eles precisam se posicionar, eles precisam colocar os seus anseios de modo que essa mudança se efetiva de uma maneira muito equilibrada.

Então, quando o Presidente me convocou, ele achou que o governador - que a meu ver acertou – ao emanar um decreto abrindo a possibilidade de que representantes classistas pudessem participar e a meu ver o Secretário de Segurança Pública errou. Errou por que nomeou, com todo respeito, Dr. Arnaldo Rocha para ser o representante da classe operacional também. Todos aqui que tiveram uso da palavra não sabem de fato o que está acontecendo.

Ingressamos com uma medida judicial, foi um mandado de segurança. Voltando um pouquinho, eu entendo o que o Secretário de Segurança Pública errou porque o ato dele é vinculado àquele decreto e entidades classistas da Polícia Civil são compostas de várias carreiras então deveriam estar lá no momento da resolução dele, nomeados os nomes dessas pessoas para estarem lá discutindo.

Então, houve uma liminar que foi concedida para que o Presidente Rebouças estivesse lá participando e confesso que o Presidente foi lá um pouco forçado pela segunda vez por que não se sentiu acolhido. Lá não existe nenhuma intenção de confronto, muito pelo contrário. Lá ele estava apenas para tomar pé da situação e acho que também os demais representantes classistas aqui presentes também têm esse anseio.

Então, judicializar uma situação tão simples e se vai trazer benefício para Polícia Civil, deve ser mais bem discutida com todos eles. Acredito que o judiciário acertou na primeira vez em dar a liminar. Acredito que o Sr. Secretário poderia de uma maneira tranquila rever o ato dele e nomear os demais representantes classistas, mas preferiu continuar errando. Errou porque disse que o senhor está representando os demais representantes classistas e hoje a

liminar está suspensa por conta de um Agravo de Instrumento do próprio Secretário de Segurança Pública, então está suspensa essa discussão para um pouco longe. Acredito que se não houver um posicionamento em âmbito da administração, esperar um posicionamento da Justiça esgotará todo o tempo, todas as formas de uma discussão mais democrática.

Então, enquanto não houver – e fica como sugestão, Dr. Arnaldo, como o senhor figura lá como representante, eu acredito que tudo o que acontecer de uma maneira espontânea, eu acho que até para fortalecer essa luta que não é só de Delegados e, que fique bem claro, é uma luta para melhoria de toda a Polícia Civil que compartilhe tudo o que está sendo discutido. Acredito que se caminhar por essa trilha certamente vocês terão uma Polícia Civil muito mais fortalecida por que a classe operacional atualmente apenas anseia por conhecimento da questão.

Então, essas foram as minhas considerações. Agradeço a oportunidade mais uma vez, Vereador Reis, e saúdo os guerreiros da classe operacional, os Delegados de Polícia. Muito obrigado mais uma vez. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Eu que agradeço, Dr. Wilson Rangel e agora o último inscrito é o Cícero Floriano, professor da Academia de Polícia.

O SR. CÍCERO FLORIANO - Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Cícero Floriano, sou escrivão de polícia há 20 anos e professor da Academia. Tive a honra de dar aula para alguns dos Delegados presentes aqui.

Quero cumprimentar a Mesa primeiramente: a Vereadora Adriana Ramalho, Capitão e Vereador Conte Lopes, nosso colega Investigador Reis, Vereador Amauri, Deputado José Américo. Quero cumprimentar todas as 14 carreiras da Polícia Civil e mais as carreiras de Oficiais Administrativos também que existem na Casa; cumprimentar o Dr. João Francisco Crusca, representando a Delegacia Geral, a Dra. Raquel, Presidente do Sindicato, Gustavo Mesquita, Dr. Arnaldo. Se eu esqueci alguém, por favor, perdoe-me. Quero agradecer o João Xavier que me chamou, me convidou através da Sônia, sua assessora.

Gostaria de não ser panfletário, não ser passional e por ser o último a responsabilidade de sintetizar o encontro dizendo o seguinte: existem dois momentos distintos na minha carreira que eu quero compartilhar com senhores que são policiais e que vão entender o que eu vou falar.

Minha vida tem dois momentos distintos. A partir março de 2012 meu irmão policial e Sargento da Polícia Militar, pai de duas filhas menores, dois filhos menores e um maior de idade, foi assassinado no Itaim Paulista, vítima dos ataques da organização criminosa. Então eu sei na alma e na pele o que é ser policial e vítima da estatística.

Para os senhores terem ideia, minha mãe ainda não sabe desse assassinato, ela não tem condições neurológicas de saber. Não sou aqui um vitimizado. Se eu estou aqui é porque a Polícia me ajudou a superar esse trauma e tragicamente, não sei explicar ainda porque, o delegado que investigou o caso, depois de alguns anos presidiu o inquérito, relatado e presos os marginais, o Dr. Magano foi assassinado também por latrocínio.

Então, peço aqui a consciência de todos e de toda a sociedade porque a Polícia também é vítima. A organização dos Estados Americanos condenou o Brasil em alguns estados a Polícia Militar, a Polícia do Rio, a Polícia de São Paulo por crime de tortura, etc. Mal sabem eles o que passa a sociedade brasileira, o que passa um profissional de segurança pública e o quanto foi deteriorada as nossas carreiras, todas.

Eu entrei há 20 anos no lugar de um policial que se exonerou do cargo e há pelo menos 20 anos não temos vagas novas. A carência é de 15 mil profissionais. Se fizerem um concurso a cada ano de mil vagas para todas as carreiras, teremos que ter 15 anos para reposição mínima. Fazendo uma síntese da fala de todos os presentes, legitimamente, o Delegado tem que ser respeitado na sua carreira jurídica, valorizado que ele é o nosso dirigente e todas as carreiras proporcionalmente valorizadas da mesma forma. Somos uma equipe. E é isso que o governo fez, destruiu a equipe, destruiu a equipe.

A Polícia, assim como Judiciário, Ministério Público e arrecadação fiscal do País é

uma questão de Estado e não de Governo.

Fazendo uma análise simples. Há quantos anos o crime organizado está instituído no estado brasileiro? Há exatamente os 20 poucos anos e que se instituiu um governo aqui em São Paulo. Não é o crime que é organizado, é o Estado que está desorganizado. É o estado.

Então, hoje na Polícia Militar temos pelo menos 70 candidatos a Deputados e cargos eletivos. Na Polícia Civil temos um número menor, Proporcionalmente falando, e quero parabenizar a Associação dos Delegados e os Sindicatos por ter feito uma reunião histórica com todos os candidatos tanto de uma Polícia como da outra e da sociedade civil para fazer um debate na Associação sobre Democracia, Segurança Pública, Polícia e Cidadania. Foi muito feliz a decisão dos senhores. Isso tem de se tornar constante e periódico. Eles vão, nós ficamos. Nós somos cargos de Estado, concursados, e sempre estaremos aqui. Vimos aqui policiais de larga experiência contando as histórias, o histórico e seremos nós os próximos a vir aqui a exigir as mesmas demandas daqui a 20 30 anos? Será que não temos a inteligência suficiente de nos organizarmos e ter a simplicidade e a humildade de nos unir contra governos corruptos e incompetentes que usam a Polícia de todas as formas no horário nobre desprestigiando? Porque você colocar um policial para presidir, Capitão, 700 inquéritos? Como um Delegado de Polícia e sua equipe vai conduzir uma investigação tendo que fazer a burocracia da Justiça? De que maneira? Se injetar dinheiro, vai ser dinheiro perdido. Falta de gestão.

Então, eu conclamo que a Casa mantenha essa postura de audiência pública constante por que quando recebi o convite, todos estranharam: "Mas como? A Câmara Municipal falar sobre Segurança Pública? Isso não é assunto da Câmara Municipal?"

Se no mundo isso é assunto, só em São Paulo que não é assunto de segurança pública? E aqui quero fazer uma homenagem a Guarda Civil Metropolitana que também é segurança pública. o crime acontece no Município e aqui se resolve, que se sofre. Estive ontem com o Governador Márcio França em um evento que nos presenciou, um evento de ação social

que faço parte do Padre Ticão, e lá ele disse a questão de passar a Secretaria, de uma pasta para outra, não será uma coisa para abrupta, será uma coisa pensada. É a maior corporação do País. É referência. Ele não é maluco de tomar isso na mão e decidir numa canetada e nem é o momento ainda, por um decreto. No momento eleitoral, hoje vamos ter debates, prestem atenção. Os debates de hoje vão falar em primeira, segunda, terceira colocação sobre o quê? Exatamente. Dá voto. Dá voto para quem? Para a polícia não! Recentemente saiu um estudo feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança que é uma referência importantíssima, eu participei do primeiro em Brasília, o Fórum traz 63 a 64 mil mortes, por mortes violentas entre policiais, civis, etc... Uma estatística perfeita de um cenário que talvez nós não pudéssemos te feito esse estudo.

A sociedade está nos convidando a discutir segurança pública e polícia. Segurança Pública forte é sociedade segura. Peço que continuem esses encontros. Não só aqui, mas nas associações, os senhores provoquem. É uma pena, e uma fatalidade não ter um representante aqui do Governo, por razões óbvias.

Agradeço atenção. Dizer a todos que sou candidato a Deputado Estadual, não vou fazer propaganda aqui, vou respeitar, sei que não é o momento, aqui estou com vocês como cidadão e como policial.

Um grande abraço no coração de vocês!

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Acredito que a iniciativa da comissão extraordinária de Segurança Pública, ela foi bastante produtiva, inclusive vou pedir à assessoria técnica da comissão para as notas taquigráficas, ou seja, que a audiência seja redigida a termo, que seja encaminhada para todas as entidades que foram convidadas, mesmo os que faltaram, para que tomem conhecimento do que foi debatido, nessa data aqui nessa Casa de Leis. Já aditei para que fosse encaminhado ao Sr. Governador do Estado, ao Sr. Secretário da Segurança Pública, ao Sr. Delegado Geral, ao Sr. Secretário Adjunto, que está coordenando esse grupo de trabalho, para que ele tome conhecimento do debate nesta Casa.

Com a palavra a nobre Adriana Ramalho.

A SRA. ADRIANA RAMALHO – Sr. Presidente, pedir também, que a solicitação de V.Exa. seja também encaminhada a todos os gabinetes da Casa, para todos os Srs. Vereadores para que possam tomar ciência do conteúdo e que nas próximas audiências, eles também venham, o convite foi estendido e que eles compareçam para unir forças temáticas aqui como bem colocou todos que fizeram aqui pronunciamento na tribuna, mas em especial, ao Sr. Cicero Floriano. Acredito que seja exatamente isso, moramos no Município. Então tem porque haver indignação da Câmara Municipal de São Paulo em abrir espaço para esse debate, como para qualquer outro debate a nível estadual, ou até, nacional, acho inclusive que todas as casas parlamentares, elas precisam sim, abrir mais as portas para à população e para as entidades, para que as discussões se façam e que consigamos, mais do que nunca, integrar os poderes e ver uma maior efetividade in loco, em cada região, em cada Cidade de São Paulo para melhorias dos serviços públicos onde a população se faz como usuário. Parabenizar, mais uma vez a audiência publica, a iniciativa de V.Exa. que proposito, e dizer que foi muito positivo, é uma satisfação, e já disse isso outras vezes, reitero a minha fala de fazer parte dessa comissão e de trabalhar lado a lado, com cada membro dessa comissão, em especial V.Exa. que vem presidindo aqui brilhantemente, os trabalhos e dizer que é um orgulho,. Ver cada vez mais a Comissão de Segurança Urbana, realizar os trabalhos, não só das reuniões ordinárias, bem como consigamos fazer com que a pauta extraordinária aconteça. Assim como sabemos, ano passado, um Vivos de alguns técnicos da Casa, de que essa era comissão que não tinha muitos trabalhos. E desde então nos unimos forças para que ela fosse uma comissão tão forte quanto as outras, acho que estamos conseguindo alcançar o objetivo. E quem ganha no final com isso é o povo, é a sociedade, com certeza os parlamentares terão muito mais conteúdo para poder elaborar projetos de Leis, que vão sim, beneficiar as regiões mais vulneráveis da nossa Cidade de São Paulo.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Agradeço as palavras de V.Exa. e também a presença de V.Exa. que abrilha nossa comissão. A única mulher aqui participando da mesa nessa comissão extraordinária.

Obviamente gostaríamos de ter mais, de que a Câmara toda pudesse engajar nessa luta e já de oficio, defiro, o pedido de V.Exa. para que seja encaminhado aos 55 vereadores, inclusive a essa presidência, as notas da audiência publica.

Tem a palavra o nobre Vereador Conte Lopes.

O SR. CONTE LOPES – Cumprimento todos os presentes, rever amigos aqui da nossa época da velha polícia Civil e Militar, que em uma época que não tinha crime organizado, o Marcola não mandava nos presídios, era polícia civil e militar, que mandava em São Paulo, o crime não nos matava dentro de casa, como matou Juliane, o Delegado da polícia Federal que foi morto dentro de casa, hoje estamos a ver navios, o crime está tomando conta. Não acredite em política. Sou da política há 32 anos. seis mandatos como Deputado Estadual e dois aqui. Infelizmente os políticos não querem entender a polícia. Nos só seremos fortes, primeiro se formos unificados. Uma polícia só. Está no mesmo time. Caso contrário vai ficar sempre isso. é o coronel que gosta daquilo, é o delegado que gosta daquilo lá. e o resto fica na mesma. E os bandidos tomando conta. Não adianta, quando tivermos forças, vamos lutar por melhores salários. Porque um policial, um investigador, um escrivão, para prender um bandido, morre, ai ganha três paus. E o promotor já começa um salário de 15, 20 mil reais, de denúncia aquele bandido que você prendeu. E o Juiz para julgar, também 20 mil. O único que não tem valor nenhum, é a classe policial. A única forma que temos é realmente trabalharmos unidos, ou então unificar, não adianta fazer como fez no Rio de Janeiro, não adianta vir com conversa mole, não adianta falar, não sei o quê. Nós vamos combater o crime quando tiver uma polícia forte, eficaz. Caso contrário vamos de mal a pior. Hoje somos cassados, se tivermos que ser mortos hoje, vamos ser dentro de casa, inclusive com a nossa família e ninguém nos defende. Essa é a grande verdade; e eles estão tudo aí, ou com policial militar ou com policial civil, todos

nas costas. Por onde andam tem um monte de policial atrás. E eles têm uma grande bandeira, a nossa briga, nós brigamos um com o outro, enquanto brigamos um com o outro, o Governador passa a mão na cabeça da Polícia Civil, vamos lá, vocês são bonzinho! Ah, tá ruim a Polícia Civil? Então passa a mão na cabeça do militar.

Então, eu penso dessa forma, acho que a polícia tem de ser valorizada e ganhar bom salário, ter posição – tem juiz, tem promotor – e será quando estivermos unidos na mesma luta, no mesmo caminho.

Obrigado pela presença de vocês.

Fiquem com Deus.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Vereador Amauri Silva.

O SR. AMAURI SILVA – Obrigado. Gostaria de agradecer a todos, as classes representativas da Polícia Civil...

O SR. CONTE LOPES – Amauri, pelo amor de Deus! Esqueci dos guardas civis, que eu amo tanto, falo da Guarda todos os dias. Como Deputado, num tiroteio que houve na 23 de Maio, quem chegou pra me ajudar foi a Guarda Civil. Foi um tiroteio, dois bandidos, era um sequestro, eu era Deputado, de terno, trocando tiro na 23 de Maio! A Guarda chegou, me ajudou, eu dei graças a Deus por vocês terem chegado lá! Obrigado! (Palmas)

A SRA. ADRIANA RAMALHO – É isso aí, vou também quebrar o protocolo. Faço um agradecimento especial a toda corporação da GCM – Guarda Civil Metropolitana, em especial a todos que estão em nossa Casa, na Câmara Municipal de São Paulo, que nos tratam com tanto carinho e zelo. Tanto nas audiências públicas, mais calmas como esta, que tem cunho de produção de conteúdo, de debate pra nos instruir; quanto nas mais fervorosas, quando há debate e reivindicação. São sempre eles que estão cuidando da gente com carinho, com zelo, sempre atentos a tudo.

Então, em especial a todos vocês, muito obrigada! (Palmas)

O SR. AMAURI SILVA – Eu agradeço aos dois, como guarda civil que sou, e hoje estou como Vereador representando a nossa classe, que eu amo tanto.

Com certeza, pra nós, nós lutamos pela Segurança da população, independente se é Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Metropolitana, temos de trabalhar pra isso. E para que aconteça um trabalho efetivo, para que realmente surte efeito, precisamos valorizar a nossa classe, o trabalhador. Se você não for valorizado, como poderá prestar um serviço de valor? Infelizmente, ouvimos representantes da classe reclamando do sucateamento da Polícia Civil, e realmente quando chegamos nas delegacias, as encontramos fechadas. Hoje só há plantões. Sou mais novo do que os escrivães que aqui estão, entrei na Guarda em 86.

Lembro-me quando Jânio Quadros disse: as ruas pertencem ao Município, e que nelas os guardas estariam trabalhando para defendê-las. Sofremos muito, tivemos apoio e hoje estamos ai na Guarda Civil.

Realmente hoje estamos na Comissão de Segurança lutando pela Segurança do povo e pra isso precisamos da Polícia Civil forte, da Polícia Militar forte e a Guarda Civil forte, pra que consigamos no Município de São Paulo prestar um serviço de acordo para a nossa população. E junto com o Conte Lopes, com o Reis, com a Adriana, com certeza, estaremos sempre defendendo o profissional de Segurança.

Meu muito obrigado. Esperamos que com este trabalho possamos aprimorar para que a nossa discussão fique a contento, e que se houver mudança, que a mudança seja pra melhor, pra valorizar o profissional, o serviço que a Polícia Civil vai prestar.

Muito obrigado! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado Vereador Amauri. Não sei se vocês sabem, mas o Sr. José Américo foi o meu professor, aqui. Os primeiros ensinamentos do Parlamento eu aprendi com ele quando aqui cheguei, porque ele já estava há mais tempo do que eu.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Nasceu sabendo.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Com o advento desta audiência pública, eu pedi a ele: “José Américo, tenta conversar lá, na Secretaria de Segurança Pública, para que eles mandem, realmente, alguém.” Ele fez gestão e eu agradeço, viu, José Américo?

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Eu agradeço muito. Ele fez, ligou, conversou, mas o Governo não atendeu o nosso apelo. Era tão simples, não é? Eu me lembro, José Américo, só para recordar, da greve dos policiais civis em 2008.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Eu estava lá, naquela greve, pois nós queríamos entregar para o então Sr. Governador José Serra uma pauta de reivindicações. Eu acho que vários dos que estão aqui estavam lá. Também participaram, lá. Nós simplesmente queríamos entregar uma pauta de reivindicações e fomos recebidos com uma chuva de bombas de efeito moral, bombas de gás lacrimogêneo.

Era apenas uma pauta e eu falei: “Por que é que o Governador não nomeou o faxineiro do Palácio para nos receber? Ou o contínuo?” Não precisava nem ele nos receber, porque era uma pauta de reivindicações que as entidades de classe queriam, naquela época, entregar ao Sr. Governador. Então, por que é que o Sr. Secretário de Segurança Pública não mandou um contínuo? Não mandou alguém, lá, do seu gabinete, para vir aqui falar para nós: “Olhem, estou aqui em nome do Governo. Estou aqui em nome do Secretário de Segurança Pública.” Por quê? Com tantos funcionários que há naquela Casa, com tantos assessores, qual é o problema de mandar alguém a esta Casa, a esta Câmara Municipal de São Paulo, que representa o povo, para falar uma coisa tão simples?

O José Américo ainda fez gestão. Ele conversou, mas, mesmo assim, o Secretário... Um ainda mandou uma carta, dizendo que não vinha. O outro nem isso fez. Não compareceu.

José Américo, suas considerações, por favor.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Obrigado, Vereador Paulo Reis. Quero dizer que só a sua generosidade explica tudo isso. V.Exa. tinha muito talento. Praticamente nasceu sabendo. Não tem professor.

Quero saudar a Vereadora Adriana Ramalho, o nosso querido Vereador Conte Lopes, que está aqui há muito tempo. Sempre é uma pessoa que traz o tema da Segurança para o debate, aqui. Acho que isso é muito importante. Cumprimento o próprio Vereador Reis, que é Presidente da Comissão de Segurança Pública, e o nosso Vereador Amauri Silva.

O que eu queria dizer, bem rapidamente, é o seguinte: eu achei muito interessantes as falas dos delegados. Aqui há dois delegados jovens. Inclusive, são muito boas as falas em defesa da proposta de incorporação da Polícia Civil pela Secretaria da Justiça. Achei boa a fala e tal. É razoável.

Tem um problema. Tem uma preliminar. Quando fazemos uma proposta, não significa que ela tenha de ser em si boa. Ela tem de ser, na sua abrangência toda, positiva. Tem uma preliminar. A Polícia de São Paulo vive uma situação de crise muito grande e ela, como eu mesmo falei aqui, se preserva ainda a duras penas. É uma polícia que está defasada em termos de contingente, de efetivo.

O Reis estava falando aqui e outra pessoa falou que a Polícia Civil tem 14 mil policiais a menos se nós formos pegar a relação com a população estabelecida lá, no Governo Mário Covas, em 1994. A Polícia Militar, como é uma polícia ostensiva, depende muito do número. O Vereador Conte Lopes está aqui e S.Exa. sabe que depende do número.

O SR. CONTE LOPES – Faltam oito mil.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Exatamente. Ela depende do número, porque é uma polícia que tem de impor autoridade, digamos assim, e que tem de dissuadir o crime, enfim. Ela é ostensiva e depende do número. Então, ela tem, aí, uma falta. Alguns falam em oito mil, 10 mil. Outros falam até em 20 mil. Enfim, falta muita gente.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Só para corroborar, a gente fala em 20 mil, José

Américo, por conta de que a população, de 1994 até agora, cresceu quase 40%. Então, se você aplicar...

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Exatamente. Então, é isso. Falta isso.

É uma Polícia mal paga. Sergipe paga melhor. O salário inicial, em Sergipe, é maior do que o salário inicial de um PM aqui em São Paulo. Não quero dizer que Sergipe é melhor ou pior. É um Estado mais pobre, onde o salário tem mais valor. Aqui a vida é muito cara. Lá não é tão cara. No interior de Sergipe, se a pessoa ganhar três mil reais, é um salário ótimo, alto. Aqui não é nada. Então, nós estamos falando de um Estado pobre, e o salário inicial do PM também é. Disseram-me também que o salário inicial de Delegado de Polícia é melhor. Então, há vários Estados mais pobres.

Não questiono a boa fé do Sr. Governador. Quando S.Exa. vem com uma proposta como essa, as pessoas ficam com um pé atrás. Isso vai resolver? Se for para resolvido o problema salarial, por exemplo, talvez já haja justificação. Vai ser resolvido o problema salarial de toda a categoria, como Delegado, investigador, escrivão ou papiloscopista? Se for, eu sou pragmático. Aprendi a ser pragmático. Se for para se resolver isso, tudo bem. Sou capaz de ficar a favor.

E a Polícia Militar? Eu digo que a Polícia Militar de São Paulo sobrevive às duras penas. No Estado, como alguém disse aqui, dentro dos presídios - é bom frisar isso - surgiu a maior organização criminosa do Brasil e uma das maiores do mundo. Então, é um Estado onde as coisas se tornam cada vez mais complexas e difíceis. É bem verdade que os homicídios não são produto – muitas vezes, pessoas confundem – nem da Polícia matando, nem da Polícia sendo morta e nem do crime organizado. Os Vereadores Conte Lopes e Reis fizeram policiamento de rua. Infelizmente há o homicídio social. Em grande parte, a pessoa estava no boteco, encheu a cara, briga com outro e dá um tiro ou uma facada no outro.

O crime organizado hoje até não mata tanto. Com a Polícia em confronto com o crime, eventualmente, vai haver mortes de cada lado. Há muitos policiais que são

assassinados. Eu não sou a favor da violência. Acho que a gente tem que preservar, mas há uma disputa quase bélica entre o crime organizado e a Polícia. A grande parte das mortes, dos homicídios não vem daí, vem do crime social, que é terrível e que é de difícil prevenção. Como vão prevenir a pessoa brigar com a mulher e a jogar pela janela? Como se faz isso? Como vão prevenir que a pessoa se reúna nos boteiros e, de repente, dá um tiro no outro? Ele não tem nem passagem pela Polícia. Então, a Polícia Militar é importante nesse caso, muito importante pelo policiamento ostensivo. A Polícia Civil é importante. O Estado presente é importante.

Nobre Vereador Conte Lopes, que, quando, em Diadema, fecharam-se uns boteiros, a partir das 11 horas da noite ou meia-noite, e a criminalidade diminuiu, eu não acreditei. Falei: “Como?” Aí um policial meu amigo me falou: “Você tem que olhar que a grande parte dos homicídios vem dentro dos boteiros, das brigas em boteiros”. Então, esqueça um pouco as outras coisas. O homicídio vem daí. É claro que vão ser reduzidos os homicídios. Então é isso, há toda essa complexidade na tarefa policial. A sociedade está ficando complexa, e o crime organizado também, que precisa ser combatido e tem sido combatido.

Eu proporia ao Sr. Governador que fizesse uma resposta global, dizendo: “Eu estou propondo isso e vai acontecer isso com a Polícia Civil e com a Polícia Militar em termos salariais, em termos de estrutura profissional e em outros termos”. Aí nós vamos ter uma resposta global, senão todo mundo vai ficar com um pé atrás. É o caso da fala dos Srs. Santiago e Xavier. E o que vai acontecer com a gente?

Sáudo o debate. É extremamente importante. Vou sugerir para os meus Colegas da Assembleia fazerem a mesma coisa, nobre Vereador Reis. (Palmas)

Vou falar com o Delegado Olim, que é o Presidente da nossa Comissão de Segurança, para repetir aqui a fala, chamando todo mundo que está aqui presente. Deixo um grande abraço para V.Exas.

Muito obrigado e parabéns, nobre Vereador Reis, pela iniciativa. (Palmas)

A SRA. ADRIANA RAMALHO – Sr. Presidente, como a gente fez o requerimento

no começo, de remeter tanto a ata e as notas, talvez assim que fosse protocolado, na Assembleia Legislativa, que o Deputado Estadual José Américo tomasse ciência. Aí, com o protocolo em mãos, S.Exa. entregaria também, em mãos, para o Sr. Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa, o Sr. Delegado Olim.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Exatamente, para o Sr. Delegado Olim.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Eu fiz alguns requerimentos, com base da lei de informação ao Governo do Estado de São Paulo, para me informarem qual é o custo do Palácio dos Bandeirantes. Eu tive dificuldades com isso. A resposta veio de lá. Mandaram uns *links* na internet, mas vou dizer que o custo mesmo do Palácio dos Bandeirantes é uma caixa amarela. Não vou falar que é de outra cor para não ser discriminatório. Então, é uma caixa amarela, que ninguém sabe quanto de dinheiro que é gasto com a manutenção do Palácio dos Bandeirantes. Nós estamos no Estado moderno, e não temos mais a necessidade de ficar colocando comida na boca do Sr. Governador. S.Exa. pode ter um escritório aqui no centro de São Paulo, despachar no seu escritório e transformar aquele Palácio dos Bandeirantes em um museu, um parque, e até cobrar para fazerem visitações, como ocorre no mundo inteiro.

O que não há conexão, no nosso mundo moderno, é gastarem, manterem 548 PMs, policiais militares, para cuidar do Palácio do Sr. Governador. Eu fiz o requerimento e veio a quantidade. A Casa Militar informou-se a quantidade de PMs. Em várias regiões de São Paulo, nós não temos um efetivo de 548 PMs para cuidar da região, para cuidar da zona Sul, por exemplo, e um único Palácio ocupa tudo isso.

Eu estou levantando pelo orçamento e pedi até ao Sr. Deputado Estadual José Américo para S.Exa. também fazer esse pedido de informações lá, para a gente levantar realmente o custo do Palácio do Governo. Eu tenho aqui alguns números, que são assustadores. Gasto da Casa Civil, assessoramento e coordenação política do Governo, 82 milhões de reais. Gasto da Casa Militar, assessoramento e segurança institucional, 12 milhões e 900 mil reais.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Não estão incluídos os salários dos PMs.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Não?

Aqui eu peguei dados da Polícia Civil. Investimento de inteligência policial, um milhão e 170 mil. Então, gastam doze milhões com assessoramento do Sr. Governador e, na Polícia Civil e Inteligência, é um milhão. É desproporcional. Então, eu ainda quero, por meio da lei orçamentária, que nós estamos pesquisando, por meio dos *links* que me mandaram, levantar o custo real do Palácio do Governo, para dizer para a sociedade que nós não temos mais necessidade de bancar arrumadeira, garçom e ajudante de ordem para o Sr. Governador. O Sr. Governador que venha para o centro num escritório aqui e, claro, segurança no seu trajeto, segurança até sua casa, ainda podemos concordar, mas gastar o que se gasta para manter aquele Palácio, para manter o custo e os policiais com salários miseráveis, com salários indignos, e o funcionalismo público, professorado, sofrendo da forma que está, eu acho que isso não é uma coisa mais que a sociedade paulistana pode aceitar.

Então, eu estou defendendo essa ideia. Já falei para o Sr. José Américo: “Eu defendo o fechamento do Palácio do Governo”. Que o Governo monte o seu escritório aqui no centro e despache aqui no centro; e o dinheiro que é gasto ali seja revertido para a segurança pública, para garantir a segurança da nossa população.

Em não havendo mais tempo para nós continuarmos o debate, eu declaro encerrada essa audiência pública e agradeço a presença de todos. (Palmas)